

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO**

BLANCA LILA GAMARRA MOREL

**O DESENVOLVIMENTO DO CHILE
DAS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1973 A 2006**

Prof. Dr. Nali de Jesus de Souza

Orientador

Porto Alegre

2008

BLANCA LILA GAMARRA MOREL

**O DESENVOLVIMENTO DO CHILE
DAS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1973 A 2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia no Curso de Mestrado em Economia do Desenvolvimento, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Nali de Jesus de Souza

Porto Alegre

2008

BLANCA LILA GAMARRA MOREL

**O DESENVOLVIMENTO DO CHILE
DAS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1973 A 2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia no Curso de Mestrado em Economia do Desenvolvimento, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nali de Jesus de Souza
Orientador

Prof. Dr. Julio Cesar de Oliveira (UFRGS)

Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim

Prof. Dr. Valter José Stulp

Porto Alegre

2008

*Ào meu esposo Paulo (Churro) e nosso filho
Paulinho, pela ausência e horas perdidas
nesses dois anos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela benção de concluir este desafio, que ao longo desses dois anos a caminhada foi árdua.

Agradeço a meus pais, pelo carinho e amor, pela educação sólida que me deram e, mesmo estando longe, sempre acreditaram em mim. Especialmente, a companhia da minha mãe nos últimos dias da fase final da dissertação.

Agradeço imensamente ao meu Grande Companheiro desta estrada da vida: “CHURRO” – Paulo - pelo seu apoio e incentivo incondicional, seu amor, carinho, amizade, companheirismo e conhecimento, com certeza o meu sucesso também é dele. Durante o ano de minha estada em Porto Alegre, foi pai e mãe na casa, assumindo todas as responsabilidades no cuidado do nosso filho Paulinho.

Ao Paulinho, um filho maravilhoso, pelo seu carinho e carisma, apesar de idade de criança (10 anos), mas com a maturidade de um adulto, soube entender a minha ausência e horas perdidas nesses dois anos de dissertação.

Agradeço imensamente a meu orientador Prof. Dr. Nali de Jesus de Souza, por ter acreditado sempre em mim, apesar da distância, sempre presente com sua sabedoria, me incentivando em todo momento com suas sábias orientações, sou eternamente grata. Igualmente à sua esposa Romina, pelo carinho e incentivo.

Agradeço aos professores do PPGE, pelo ensinamento recebido no curso, por me darem a base para a elaboração da dissertação, e além de mestres, foram também amigos, sempre dispostos a ajudar no que fosse preciso.

Agradeço às secretárias do PPGE, especialmente, Ana Paula; Janaína e Flavia pela cordial atenção que sempre me deram.

Agradeço à PUCRS pela Bolsa de Estudo Institucional recebida, que foi fundamental para a viabilização financeira do curso.

Agradeço a amizade e acolhida incondicional que sempre recebi dos colegas do PPGE, especialmente da Carla, Vanessa, Denílson e Cilane. Com certeza a amizade deles foi fundamental nos momentos mais difíceis do curso.

Agradeço a amizade e ajuda da Viviane e Érica, em que através de um objetivo comum nasceu uma amizade eterna.

Agradeço ao Joca e Alice; Sergio e Tetê, que sempre me receberam com tanto carinho na sua casa em Porto Alegre, todas as vezes que precisei.

Agradeço imensamente a amizade, carinho e ajuda incondicional recebida da Sandra e Toninho, Valeria (sem palavras...), Georgina, Patrizia, Isabel e Zaida, seja a hora que for.

Agradeço ao Grupo Ongaratto, em especial ao Angelo Guadagnini, pela força e compreensão ao me liberar das minhas atividades no trabalho toda vez que foi preciso.

Em fim, agradeço a todos os amigos, familiares (do Brasil e Paraguai), colegas, que direta e indiretamente me acompanharam na conclusão de mais uma etapa da minha vida profissional.

A ajuda de todos foi fundamental para a conclusão desta dissertação.

Muito obrigado!!!

RESUMO

Neste trabalho analisar-se-á o desenvolvimento do Chile, destacando-se as reformas econômicas ocorridas a partir 1973, início do governo de Augusto Pinochet. Inicialmente, realizou-se revisão teórica sobre crescimento e desenvolvimento econômico, com ênfase na teoria da base de exportação, visto que atualmente o Chile conseguiu alcançar os níveis de crescimento e desenvolvimento semelhantes a países desenvolvidos, fundamentalmente através da abertura comercial, privatizações, desregulamentação econômica, etc. A análise relativa ao propósito do trabalho dividiu-se em duas etapas. A primeira compreende a década de 1950 até 1973. Nessa fase, houve forte influência da CEPAL e ficou registrado na literatura econômica como o período de economia fechada. Por conseguinte, analisou-se o período entre 1973 e 2006, tendo como ênfase o governo Pinochet (1973 a 1989), quando houve uma ruptura do modelo econômico seguido até então, passando a adotar características de economia aberta, através de reformas estruturais de cunho neoliberal. Por fim, conclui-se que o Chile antecipou em quase duas décadas as reformas econômicas de cunho neoliberal, que foram realizadas por outros países latino-americanos a partir de meados da década de 1990. Este foi o fator decisivo para que o Chile se diferenciasse dos demais países da América Latina, demonstrando maior sustentabilidade nas taxas de crescimento econômico e equidade social, credibilidade internacional, fortalecimento das instituições, infra-estrutura, etc.

Palavras-chaves: Chile. Crescimento econômico. Desenvolvimento. Reformas liberais.

ABSTRACT

On this work the development of Chile was analyzed, giving emphasis to the economical reforms that happened from 1973 (the beginning of Augusto Pinochet's government) to the current days. Firstly a theoretical revision of the growth and economic development was studied, with emphasis on the theory of the export base. Currently Chile have been reaching growth and development levels similar to the developed countries' levels, basically through the commercial opening, privatizations, not regulation of economics, etc. This study is separated in two stages. In the first part the period from 1950 up to 1973 is assessed. On this phase there was strong influence of CEPAL and according to the economical literature this is a period of closed economy. In the second stage the period from 1973 to 2006 is analyzed. On this stage it was emphasized the government of Pinochet (from 1973 to 1989), studying the rupture of the economic model and the transition to the open economy, through structural reforms of neoliberal character. Finally, was concluded that Chile advanced in almost two decades the economical reforms of neoliberal character. These reforms were accomplished by other Latin-American countries only starting from half of the 1990s. This is a decisive factor that differs Chile from other Latin America countries, demonstrating larger sustainability in the rates of economic growth and social justness, international credibility, strengthened institutions, infrastructure, etc.

Key – words: Chile. Economic growth. Economic development. Liberal reforms

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Crescimento acumulado do PIB dos principais países da América Latina, 1983/2004 (1982=100),	65
Figura 2 - Taxa de câmbio efetiva real, exportações e importações de bens e serviços do Chile, 1980/2004	73
Figura 3 - Evolução da mortalidade infantil e Renda Nacional Bruta entre 1990 e 2004	77
Figura 4 - Evolução do índice de crescimento do PIB, 1960/2004	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação chilena na produção mundial de cobre entre 1900 e 1970	41
Tabela 2 - Produção e exportação de cobre	42
Tabela 3 - Taxa de matrícula nas escolas secundárias e no ensino superior em países da América Latina em 1960 (%)	52
Tabela 4 - Variação do índice de preço ao consumidor, 1965/1970 (%)	54
Tabela 5 - Variações nos componentes do índice de preços (IPC), 1960/1970 (%)	54
Tabela 6 - Chile: Alíquota de importação média e índice do câmbio real, 1973/2001	59
Tabela 7 - Setores que geravam mais de 5% na pauta de exportação (1984/1986)	61
Tabela 8 - Participação das exportações setoriais no total exportado, 1960/1987 (Preço FOB, %)	62
Tabela 9 - Valor Investimento Externo Direto, 1980/1989	64
Tabela 10 - Participação do setor manufatureiro no total das exportações do Chile, 1970/1989	66
Tabela 11 - Balança comercial agrícola e florestal, 1974/1981(US\$ milhões)	67
Tabela 12 - Taxa média anual de crescimento do PIB real do Chile, 1950/2003 (%)	67
Tabela 13 - Indicadores macroeconômicos e sociais do Chile (1973/1982) (%)	68
Tabela 14 - Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	69
Tabela 15 – Participação de itens da demanda agregada no PIB, 2000/2005 (%)	78
Tabela 16 - Evolução do investimento e poupança em relação ao PIB(%), 2000/2005	78
Tabela 17 - Tabela 17 – Participação de setores selecionados no crescimento anual do PIB (%), 2000/2005	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	15
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
1.1 Concepções gerais do desenvolvimento econômico	15
1.1.1 Origens da questão do crescimento e do desenvolvimento econômico	15
1.1.2 Abordagens teóricas de desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento	17
1.2 Crescimento com economia fechada	19
1.2.1 A abordagem da CEPAL e o subdesenvolvimento da América Latina	20
1.2.2 Crescimento econômico por substituição de importações	23
1.3 Crescimento com economia aberta	23
1.3.1 O papel das exportações no crescimento econômico	24
1.3.2 Teoria da base exportação e o crescimento econômico	25
1.4 Conclusão	28
CAPÍTULO 2	30
A ECONOMIA CHILENA ANTES DAS REFORMAS DE 1973	30
2.1 Formação econômica do Chile	30
2.1.1 O processo de colonização chilena	30
2.1.2 Principais produtos na formação econômica do Chile	38
2.1.3 A importância do cobre na economia chilena	40
2.2 A economia chilena no período de intensa influência cepalina (1950/1973)	43

2.2.1 A industrialização por substituição de importações	45
2.2.2 Estrangulamentos do modelo: alternativas	47
2.2.3 Conflitos políticos e golpe militar	48
2.3 Indicadores sociais e econômicos entre 1950 e 1973	50
2.3.1 Indicadores sociais	50
2.3.2 Indicadores econômicos	52
2.4 Conclusão	55
CAPÍTULO 3	56
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CHILENA APÓS 1973	56
3.1 O período Pinochet (1973/1989)	56
3.1.1 As reformas estruturais do governo Pinochet	57
3.1.2 Desempenho da economia chilena no período Pinochet	60
3.1.3 Indicadores econômicos e sociais do período Pinochet	63
3.1.3.1 Indicadores econômicos do período Pinochet	63
3.1.3.2 Indicadores Sociais do período Pinochet	68
3.2 O período do aprofundamento das reformas econômicas dos anos 1990	71
3.2.1 O governo de Patricio Aylwin (1990/1993)	73
3.2.2 O governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994/1999)	74
3.2.3 Indicadores econômicos e sociais dos anos de 1990	75
3.3 Desenvolvimento chileno entre 2000 e 2006	76
3.4 Conclusão	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	85

INTRODUÇÃO

O Chile é considerado um país atípico na América Latina, pois em poucas décadas alcançou níveis de desenvolvimento parecidos com o dos países desenvolvidos, principalmente, a partir das reformas econômicas implementadas pelo governo Augusto Pinochet, iniciado em setembro de 1973.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, buscou-se a reconstrução e o restabelecimento da ordem política, econômica e social dos países aliados em decorrência do conflito. Aproveitando a oportunidade, os países subdesenvolvidos também procuraram receber ajuda dos EUA e dos organismos internacionais encarregados do repasse de recursos. Os países da América Latina também buscavam ajuda e realizar mudanças que lhes trouxessem desenvolvimento, principalmente através da industrialização. A ONU organizou a CEPAL, com sede em Santiago do Chile, que passou a realizar estudos empíricos para identificar os principais problemas da região e apontar as soluções que passavam pela industrialização por substituição de importações.

No Chile, como em toda a economia mundial, foi iniciado após 1945 um processo de mudanças decorrentes da nova ordem mundial. Até então, as relações comerciais praticadas no mercado eram aquelas propostas pelos economistas clássicos, desde Adam Smith, criador da teoria das vantagens absolutas, e David Ricardo, criador da teoria das vantagens comparativas. Raul Prebisch contrapôs estas teorias através de um estudo sobre o comércio entre os países desenvolvidos (centro) e subdesenvolvidos (periferia). Ele constatou a deterioração dos termos de troca entre centro e periferia, que acentuava a desigualdade dos níveis de desenvolvimento entre os países. Em função disso, buscou-se novas alternativas que proporcionassem a diminuição dessas desigualdades, aparecendo, assim, um novo modelo de desenvolvimento econômico, que se denominou “industrialização por substituição de importações” (ISI).

Depois de duas décadas de funcionamento do modelo ISI, com economia fechada, agravaram-se vários problemas em todos os países em desenvolvimento, principalmente na América Latina: redução da eficiência econômica, indústrias com altos custos médios, desigualdades regionais e sociais, defasagem tecnológica, déficit público, déficit em

transações correntes, dívida externa e altas taxas de inflação. Por conseguinte, reduziu-se a taxa do crescimento econômico e o desemprego se ampliou. Quando se esgotou a fase fácil de substituição de importações, aquela baseada na substituição de importações de bens de consumo, alguns países abandonaram a ISI e passaram a crescer com economia aberta, produzindo para exportação em escala mundial. Aqueles países que se abriram ao exterior e realizaram reformas econômicas e financeiras, como os do Sudeste asiático, passaram a crescer com altas taxas.

Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a realizar tais reformas (liberalização comercial e financeira, privatizações, desregulamentações, liberação de preços), mediante acordos com o FMI. Essas reformas foram efetuadas a partir de 1973, no Governo Pinochet, e aperfeiçoadas após 1990.

Assim, este trabalho tem como objetivo avaliar os efeitos das reformas econômicas implementadas no Chile, após 1973, sobre o seu desenvolvimento. Secundariamente, procurar-se-á comparar os níveis de desenvolvimento desse país ao longo de sua história, enfocando particularmente o período anterior a 1973, com o período posterior. A idéia central é a de que as reformas ortodoxas proporcionaram maior nível de desenvolvimento no período mais recente, colocando o Chile como um dos países de melhor desempenho na América Latina em termos de desenvolvimento econômico.

Ao longo do trabalho será realizada uma análise comparativa com outros países, principalmente com o Brasil, fundamentando-se nas teorias de desenvolvimento econômico, em especial na teoria da base de exportação.

No Capítulo 1, será feita a fundamentação teórica do desenvolvimento econômico. Inicia-se pelas concepções gerais do desenvolvimento, na seção 1; depois, centra-se na diferenciação entre crescimento com economia fechada e economia aberta. A primeira abordagem é aquela apregoada pelos teóricos da CEPAL do modelo de ISI, que acabou levando ao esgotamento do crescimento econômico no longo prazo. A segunda abordagem tem uma forte identidade com os postulados neoclássicos e, portanto, com as reformas liberalizantes implementadas em quase todo o mundo a partir de 1985.

Como fundamento teórico desta última abordagem, a literatura tem adotado a teoria da base exportação, surgida da Economia Regional. Segundo esta teoria, as exportações exercem efeitos de encadeamento sobre o setor de mercado, provocando efeitos de multiplicação sobre o emprego e a renda. A idéia subjacente é a de que elas provocam um círculo virtuoso do

desenvolvimento econômico via economias de escala, ou seja, políticas que aumentem a competitividade das empresas aumentam as exportações e estas, através da ampliação do mercado e da produção, reduzem os custos médios, o que provoca aumento da competitividade das exportações em um segundo momento. Com isso, aumenta a renda, o emprego, a arrecadação pública, podendo reverter-se em melhorias dos indicadores sociais do desenvolvimento.

No Capítulo 2, estuda-se a economia chilena antes das reformas econômicas de 1973, enfatizando-se o processo de colonização, os principais produtos de exportação, com destaque para o papel do cobre na base exportadora desse país. Em seguida, enfoca-se o período de 1950 a 1973, quando funcionou o modelo de ISI, com as suas duas fases: substituição de bens de consumo final (fase fácil) e substituição de bens de consumo duráveis e bens de capital (fase difícil, porque os altos custos médios em muitos casos inviabilizavam a produção por substituição). Nessa fase, apontam-se os estrangulamentos da economia, as alternativas e os conflitos políticos que levaram ao golpe militar.

Finalmente, ainda no Capítulo 2, analisa-se a evolução dos indicadores sociais e econômicos do Chile, para permitir a comparação desses mesmos indicadores quando eles voltam a serem examinados na última seção do Capítulo 3.

No Capítulo 3, estuda-se o desenvolvimento da economia chilena após 1973, destacando-se três fases: a) o período Pinochet (1973/1989); b) o período do aprofundamento das reformas econômicas, já na fase democrática (anos de 1990); c) período mais recente (2000/2006). Em todos esses períodos descrevem-se as reformas efetuadas, o desempenho da economia e avaliam-se os indicadores sociais e econômicos.

No final de cada capítulo, são feitos resumos e delineadas conclusões. Na última parte do trabalho são estabelecidas as considerações finais.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.1 Concepções gerais do desenvolvimento econômico

Neste capítulo, abordar-se-á a evolução da teoria do desenvolvimento econômico, salientando os principais fatores dessa área da economia, a qual começou a ser tratada de maneira separada de crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial.

Os modelos e fatores de desenvolvimento econômico têm mostrado um curto ciclo de vida. [...] Nesta área que mostra rápida evolução, há duas formas de abordagem. Uma é a histórica, que explica a evolução da teoria ao longo do tempo, por exemplo, o livro de Arndt (1987). Outra é a que considera os principais fatores de um determinado período como, por exemplo, o artigo de Ingham (1993). (YOON, 1999, p. 16)

Dessa forma, seguindo a idéia de Yoon, no presente capítulo, analisar-se-á a abordagem histórica, visto que explica a origem da substituição dos fatores. Ao mesmo tempo, essa abordagem oferece a facilidade de entender, sistematicamente, essa área do desenvolvimento econômico, tanto a evolução da teoria, quanto os principais fatores do desenvolvimento. Portanto, deve-se frisar que não se está excluindo a parte quantitativa, apenas dá-se mais relevância à análise histórica como forma de melhor interpretar os dados.

1.1.1 Origens da questão do crescimento e do desenvolvimento econômico

O precursor da escola clássica Adam Smith, com a publicação de seu livro *A riqueza das Nações*, publicado em 1776, foi pioneiro em abordar o tema do crescimento econômico. Conforme Souza (2005), o autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional; ele explica como o mercado opera e qual a importância do aumento do tamanho dos

mercados para reduzir os custos médios (efeito escala) e permitir a produção com lucros.

Dessa forma, havendo expansão dos mercados, aumenta a renda e o emprego. Então, pode-se perceber que:

O desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos; pela redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população. Mais tarde, *Schumpeter* diferenciou crescimento de desenvolvimento, sendo este provocado pelas inovações adotadas pelo empresário, com a ajuda do crédito (SOUZA, 2005, p. 2).

Mas, ao longo do tempo alguns países crescem mais do que outros, começando a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico. Isso ocorre se houver melhorias em indicadores sociais, decorrentes, por exemplo, do aumento da receita pública que se traduz em maiores investimentos na área social. Após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1940 e 1950 aconteceram fatos relevantes na economia mundial, como: desenvolvimento da Guerra Fria entre capitalismo e comunismo; criação de instituições internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL); surgimento de organizações humanitárias nos países desenvolvidos, preocupadas com a ajuda internacional. A partir desses acontecimentos, deu-se início à preocupação com a miséria nos países mais pobres, levando os próprios países ricos a criarem fundos de ajuda humanitária ao Terceiro Mundo.

Diante disso, Souza (2005) afirma que o desenvolvimento econômico ficou mais evidente no final da década de 1930, com o surgimento da *Contabilidade Nacional* (CN), nascida com a teoria *keynesiana*. Esse instrumento permitiu a diferenciação da renda *per capita* entre países “ricos” e “pobres”; com ela passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e através desse indicador de renda os países foram agrupados em desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sendo que estes últimos apresentam características de crescimento econômico insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital, diminuto mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política, entre outros indicadores.

Contudo, até a década de 1960, a teoria aplicada nos países em desenvolvimento foi ainda a teoria neoclássica do crescimento econômico. Isso se explica porque, para os neoclássicos, não há muita diferença entre as teorias de crescimento e de desenvolvimento.

No fim dessa década e durante toda a década de 1970, diante o resultado das pesquisas empíricas, intensificaram-se as críticas à aplicação da teoria neoclássica do crescimento. Os estudos demonstraram que, junto com o crescimento econômico, a distribuição de renda e o nível de pobreza pioraram. Então, a partir da década de 1970, a teoria do desenvolvimento começou a direcionar-se para as áreas sociais, políticas, ambientais, institucionais, além da questão econômica. Em consequência disso, os fundamentos teóricos do crescimento e do desenvolvimento econômico se distanciaram. Nota-se, assim, que ao longo do tempo, aumentou a disparidade entre os países ricos e pobres. O crescimento desigual provocou a adoção de análises diferentes para crescimento e desenvolvimento econômico.

De um lado, a análise do crescimento econômico tem sido direcionada para a área da produção, ou seja, ela considera o aspecto do aumento quantitativo. Por outro lado, o desenvolvimento direciona-se para a análise qualitativa, considerando a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Ele considera a transformação que ocorre numa sociedade, seja em termos de aumento do PIB *per capita*, seja em relação à melhoria na educação, saúde, condições de moradia, entre outros indicadores.

Portanto, pode-se alegar que “A questão do desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas, originadas na maior parte dos casos das crises econômicas do sistema capitalista” (SOUZA, 2005, p. 1).

Nesse sentido, pode-se entender que o crescimento econômico vem a ser condição necessária para atingir o desenvolvimento econômico, mas não suficiente, visto que o crescimento relaciona-se com o aumento bruto do produto e o desenvolvimento com a melhoria das condições gerais de vida da população.

Para analisar se houve avanço ou não na questão do desenvolvimento há de se perguntar: o que aconteceu com os índices de emprego, escolaridade, saúde, saneamento básico, infra-estrutura pública, acesso à justiça, entre outros? Essa pergunta pertinente será desenvolvida no decorrer do trabalho.

1.1.2 Abordagens teóricas de desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento

Conforme foi explicado anteriormente, o desenvolvimento econômico analisa a melhoria da qualidade de vida da sociedade, abordando a parte qualitativa da teoria econômica.

Então, pode ser definido o desenvolvimento econômico como o processo através do qual uma sociedade tradicional que empregue técnicas primitivas e que, portanto, só pode manter um nível de renda *per capita* modesto, se transforma numa economia moderna, de alta tecnologia e de elevada renda. O processo envolve a substituição da produção intensiva de mão-de-obra por técnicas que empregam mais capital, mão-de-obra qualificada e conhecimentos científicos para produzir uma grande variedade de produtos consumidos numa sociedade mais rica. Na economia de subsistência, a produção é essencialmente para o próprio uso e as trocas são marginais; na economia moderna, existe uma divisão do trabalho avançada, nas quais todos se especializam na produção de bens que só satisfazem uma parcela diminuta das necessidades totais, de modo que a produção é, essencialmente, para o mercado, e a produção para uso próprio é marginal (WILLIANSO, 1988).

Por outro lado, Arthur Lewis considerava a acumulação do capital como o aspecto central porque, em sua opinião, “o problema central na teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo através do qual uma comunidade que antes poupava e investia 4 a 5 por cento do seu rendimento nacional, ou menos, se converte numa economia em que a poupança voluntária atinge cerca de 12 a 15 por cento do rendimento nacional, ou mais” (LEWIS, 1976).

Conforme Souza (2005) para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora represente recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe; portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

Pode-se afirmar que isso acontece devido a que em sua forma mais primitiva, a economia subdesenvolvida encontra-se compartimentada nos setores de subsistência, de mercado interno e de mercado externo. O setor de subsistência compõe-se de latifúndios e minifúndios improdutivos, em sua maior parte. Estes constituem segmentos econômicos de baixa produtividade, pouco monetizados, formando a agricultura tradicional de subsistência

Dessa forma, existe uma diferenciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em função das características sócio-econômicas que apresentam; ou seja, os países que apresentam melhores indicadores classificam-se entre os primeiros; e, os países que apresentam menores índices são classificados no segundo grupo.

1.2 Crescimento com economia fechada

No fim da década de 1940 foi publicado o estudo realizado por Raul Prebisch sobre a deterioração das relações de trocas entre os países do centro e da periferia.¹ Nesse trabalho, o autor expôs que no período compreendido entre 1880 e 1945 houve troca desigual entre esses países, sendo que os países desenvolvidos estavam levando vantagens no comércio sobre os países subdesenvolvidos, havendo uma deterioração das relações de troca de cerca de 40%.

Os países do centro eram especializados no comércio de produtos manufaturados e os países da periferia especializados em produtos primários. De um lado, a cada unidade de produto industrializado vendido pelos países do centro, em contrapartida, os países da periferia precisavam vender uma quantidade maior de produtos primários.

Dessa forma, o processo de crescimento com economia fechada vem a ser a implantação da teoria crescimento por substituição de importações, com grande vantagem na adoção de processos de produção já existentes em outros países, ao mesmo tempo em que a economia passa a produzir para um mercado já formado (SOUZA, 2005).

Então, os principais objetivos da substituição de importações são o fortalecimento da economia interna através do incentivo à indústria nacional, a fim de obter melhor equilíbrio das contas externas, redução das importações por meio da aplicação de barreiras tarifárias e não tarifárias.

Portanto, a substituição de importações apresenta-se como uma das alternativas para promover maior crescimento e aquisição tecnológica, sendo mais necessária nos estágios iniciais do processo de industrialização. As formas mais comuns para economizar divisas, reduzir a concorrência externa e proteger a indústria são: (a) aumento das tarifas alfandegárias para produtos concorrentes; (b) estabelecimento de quotas máximas ou proibições de importar determinado produto; (c) desvalorização cambial que encarece as importações; (d) restrições à saída de turistas nacionais e de trabalhadores especializados; (e) limitações do investimento estrangeiro em setores específicos (SOUZA, 2005).

A característica básica do modelo em uma economia com forte crescimento, consiste na flexibilidade e na capacidade de empregar recursos escassos para importar maior número de produtos. O protecionismo ajuda ao país a traçar os destinos de sua economia (SOUZA, 2005).

Para crescer de forma acelerada, torna-se indispensável o emprego intensivo de linhas

¹ “Centro” são os países industrializados, desenvolvidos, exportadores de produtos industrializados; pelo termo “Periferia” entende-se os países não industrializados, produtores e exportadores de produtos primários.

de crédito lastreadas em expansão contínua da poupança proveniente das três fontes fundamentais: famílias, governo e setor externo, bem como pela adoção progressiva de novos pacotes tecnológicos (SOUZA, 2005).

Em suma, por esta teoria, o papel do Estado é utilizar-se dos mecanismos de políticas de proteção; com isso, ele regula o mercado por meio da aplicação de normas, que de um lado protegem a indústria nacional, restringindo a importação de certos produtos manufaturados e, por outro lado, incentivando a importação de insumos de bens de capital para a modernização da indústria em implantação.

1.2.1 A abordagem da CEPAL e o subdesenvolvimento da América Latina

Conforme Haffner (1996), nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, o mundo encontrava-se submergido em grandes problemas. Além da escassez de dinheiro, era necessário restabelecer a ordem política, econômica e social que tinha sido abalada pelo conflito. A América Latina era partícipe desta crise, principalmente pelas estruturas atrasadas de produção que ela possuía, pela extrema pobreza e pelos múltiplos problemas sócio-políticos que a caracterizavam.

Ainda Haffner (1996), uma das propostas para a reconstrução do mundo passava pela reformulação das Nações Unidas (ONU), organismo internacional que passaria a tratar mais diretamente dos assuntos referentes à paz mundial, à educação, à alimentação, etc. Assim, ela facilitaria por meio da criação de órgãos específicos, o desenvolvimento dos países mais atrasados, assim como os países mais afetados pela guerra. Dentro deste contexto, nasceu a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instituição dependente deste órgão internacional, que passou a ter como principal papel propiciar o desenvolvimento dos países latino-americanos e cuidar dos problemas específicos dessa região.

Hoje, após mais de 50 anos de sua fundação, a CEPAL tem feito contribuições relevantes para o desenvolvimento regional; e suas teorias têm sido ouvidas em muitos lugares do mundo. Atualmente a CEPAL é referência obrigatória para os estudiosos da história econômica contemporânea da região.

O pensamento *cepalino* tem sido dinâmico, seguindo as mudanças da realidade econômica, social e política, regional e mundial. Desde seus primeiros anos de

fundação, ela desenvolveu um método analítico próprio e uma ênfase temática que, com algumas variantes, têm se mantido até os dias atuais.

Sob a influência de intelectuais como Celso Furtado, Aníbal Pinto e Aldo Ferrer, à dimensão estruturalista foram acrescidos a perspectiva da formação histórica dos países da região, formando-se um método de investigação e de análise conhecido como "histórico-estruturalista". Sobre a base dessa dupla perspectiva, a CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada na análise das transformações econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos (CEPAL, 2007).

Nesta teoria não existe "estágios de desenvolvimento" uniformes. O "desenvolvimento tardio" dos países latino-americanos e caribenhos possui uma dinâmica diferente daquelas nações que experimentaram um desenvolvimento mais avançado. As características das economias latino-americanas e caribenhas são mais bem identificadas pelo termo "heterogeneidade estrutural", inventado nos anos de 1970.

Dessa forma, podem-se identificar cinco etapas nas obras da CEPAL²:

- a) origem e anos de 1950: industrialização por substituição de importações;
- b) anos de 1960: reformas para desobstruir a industrialização;
- c) anos de 1970: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e para a diversificação pro-exportadora;
- d) anos de 1980: superação do problema de endividamento externo mediante o "ajuste com crescimento";
- e) anos de 1990: transformação produtiva com equidade.

A influência do pensamento *keynesiano* e das escolas historicistas e institucionalistas centro-européia foram decisivas nos primeiros anos da CEPAL. Nos últimos anos, a influência deu-se pela renovação do pensamento *keynesiano*, pelas novas teorias do comércio internacional e da organização industrial, pelas teorias evolutivas da firma e pelo novo institucionalismo.

A história da CEPAL tem sido marcada, igualmente, pela sua participação nos

² Ver site Oficial da CEPAL

debates sobre inflação, pelos estudos que têm lançado as sementes do conceito de “inflação inercial”. Sem esses estudos e debates, não seriam compreensíveis muitas pesquisas bem sucedidas de estabilização inflacionária na região.

Também, pode-se ressaltar sua contribuição à análise sobre a crise da dívida externa e as modalidades de ajustes macroeconômicos nos anos de 1980, assim como por sua contribuição aos debates sobre desenvolvimento sustentável desde os anos de 1970.

A elaboração de uma metodologia de trabalho que combinem múltiplos elementos é outro legado da CEPAL. Nela se pode destacar, em primeiro lugar, a procura de uma visão íntegra de desenvolvimento de caráter interdisciplinar. Segundo, um jogo dialético entre idéias e realidade, entre pensamento e ação, que implica numa constante transformação das primeiras em função das mudanças no entorno, em clara interseção com os governos da região. Terceiro, a procura por uma identidade regional, o estudo da realidade em função dos interesses regionais e o questionamento de qualquer esquema conceitual em função de sua validade para compreender as realidades da região e atuar sobre elas³.

Os temas abordados com maior ênfase pela CEPAL são essencialmente três:

- a) o papel central que desempenha a modalidade específica da inserção internacional das economias da região, ou seja, sua estrutura de especialização e a dependência de fluxos de capitais instáveis;
- b) a transmissão de mudança tecnológica desde os países que geram o conhecimento para os países da região, cujas imperfeições geram dinâmicas que não facilitam a convergência nos níveis de desenvolvimento em ausência de intervenção estatal;
- c) a equidade e sua relação com o processo global de desenvolvimento, já que, tanto a forma como as estruturas produtivas e de propriedade condicionam a distribuição dos frutos do desenvolvimento, sendo que esta última afeta a estrutura e a dinâmica econômica⁴.

³ Idem

⁴ Ibidem

1.2.2 Crescimento econômico por substituição de importações

Conforme a industrialização por substituição de importações (ISI) se verifica empiricamente quando ocorre crescimento da produção industrial com expansão da demanda interna, simultaneamente a uma redução (CEPAL, 2007) do coeficiente de importações da indústria (participação relativa das importações no produto industrial). De modo geral, a SI contribuiu positivamente para dinamizar o crescimento da produção interna, principalmente nas fases iniciais da industrialização. No caso do Brasil, foi particularmente importante entre o início da década de 1930 e fim da década de 1970.

Ao final desse período, porém, sua contribuição para o crescimento da produção industrial já era apenas marginal. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para 1975/1980, o crescimento da produção da indústria de transformação nesse período foi explicado principalmente pelo aumento da demanda interna (77,3%), das quais a expansão das exportações contribuiu com 14,4% e a substituição de importações com apenas 8,3%. Mas esta última era ainda relativamente importante em indústrias específicas, tais como produtos metalúrgicos, equipamentos mecânicos, elétricos e de comunicações e celulose/papel.

Daí por diante a substituição de importações praticamente deixou de ser relevante como fonte de crescimento da produção industrial, que levou a duas definições importantes. A primeira relaciona-se com a demanda interna e tem papel preponderante como fonte de variação do produto industrial. Seu efeito dinamizador, entretanto, pode ocorrer em presença tanto de uma intensificação da SI (redução do coeficiente de importações), quanto pela redução da SI (aumento do coeficiente de importações), ou mesmo por um processo neutro de SI (coeficiente de importações constante). Já a segunda identifica a SI e a expansão das exportações como fontes de crescimento, as quais não são processos excludentes, mas sim simultâneos e vinculados, sendo a SI geralmente um esforço prévio de construção de uma base industrial e de aprendizado tecnológica.

1.3 Crescimento com economia aberta

As críticas ao crescimento com economia fechada é a de que ela leva à concentração da renda, aos altos custos médios e ao atraso tecnológico. As economias fechadas estariam

crescendo a taxas mais baixas em comparação às economias abertas ao comércio internacional e aos fluxos de capitais.

As teorias sobre crescimento com economia aberta baseiam-se no estímulo à abertura econômica, através do investimento e incentivo à promoção das exportações de produtos com alta demanda mundial, como os produtos intensivos em tecnologia da informação.

Nesse modelo, também há a promoção às importações de forma gradual e seletiva, principalmente à importação de insumos e bens de capital, o que incentiva as indústrias nacionais à modernização da sua estrutura produtiva; com isso, há uma melhoria da produtividade e da competitividade, permitindo maiores taxas de crescimento do produto, renda e emprego.

Em seus estudos, Hollis Chenery *apud* Sachs e Larrain (2000) verificaram que a produtividade total dos insumos aumentou mais de 3% ao ano nos países voltados para exportação e apenas 1% nas economias voltas para o mercado interno. Os primeiros países têm mais contato com empresas estrangeiras, absorvendo mais rapidamente os avanços tecnológicos internacionais, e, conseqüentemente, a produtividade destes.

Dessa forma, a Teoria do Crescimento com economia aberta proporciona maior flexibilidade para a realização de intercâmbio comercial. Conforme Tavares “Nas economias abertas centrais, as importações destinavam-se, basicamente, a suprir as necessidades de alimentos e matérias-primas que as suas constelações de recursos naturais não lhes permitiam produzir internamente de maneira satisfatória” (TAVARES, 1983, p. 31). Por outro lado, o atraso das economias subdesenvolvidas ocorreu em função, principalmente, devido ao fato de que a economia estava voltada para o mercado interno, contrapondo-se ao que ocorreu nos países centrais (desenvolvidos).

1.3.1 O papel das exportações no crescimento econômico

A literatura econômica nos mostra que os países que implantaram políticas de incentivo às exportações, ao longo do tempo, foram os que melhor conseguiram conciliar crescimento com desenvolvimento econômico.

Podemos citar como exemplo os países do Leste Asiático que na segunda metade do século XX adotaram políticas macroeconômicas orientadas às exportações, assim como

também fez a própria economia chilena após 1973.⁵ Observou-se que o crescimento acelerado desses países associou-se diretamente “ao esforço continuado, tanto por parte do governo como do setor industrial, de agregar valor à oferta e adaptar à demanda externa sua pauta de exportação” (PALMA et al MUSSA, 2006, p. 220).

Os tigres asiáticos combinaram abertura comercial com políticas heterodoxas, tais como: subsídios às exportações associados à cobrança de metas; vinculação das importações com as exportações; quebra de direitos de patente e de *copyright*; restrições ao fluxo de capitais (incluindo investimento direto estrangeiro). Rodrik (2001) argumenta que uma das grandes vantagens da abertura comercial para o crescimento dos países em desenvolvimento é a possibilidade de importar insumos, máquinas e equipamentos mais baratos e mais eficientes do que aqueles produzidos domesticamente.

Conforme Mussa (2006, p. 215) a abertura comercial tem outros efeitos positivos:

- a) a interação das empresas locais com firmas e mercados externos permite maior acesso à tecnologias e práticas modernas de administração;
- b) a exposição à competição externa leva as empresas locais ao aumento de sua competitividade, reduzindo ineficiências;
- c) gera maior especialização e aproveitamento das economias de escala, pela expansão do mercado.

1.3.2 Teoria da base exportação e o crescimento econômico

Segundo Souza (2005), a idéia fundamental da teoria da base exportadora é a de que o crescimento das exportações, “X”, gera efeitos de multiplicação e de aceleração sobre o setor de mercado interno, não exportador, “N”. Esses efeitos são produzidos pelo efeito-renda e pelos efeitos de encadeamentos para trás e para frente do processo produtivo, criando demanda por serviços, como transportes, comunicações e financiamentos. Além da demanda de insumos domésticos pela indústria, agricultura e setor terciário, a base origina atividades secundárias de processamento; resultam, ainda, os efeitos sobre a demanda final, em função do crescimento da renda e do emprego. Os impactos das exportações sobre a produção

⁵ Este período será analisado no Capítulo 3 do trabalho.

doméstica ampliam-se com maior consumo interno, repercutindo-se uma vez mais sobre a renda e o emprego de toda a economia.

O autor afirma que esse dinamismo provoca também o crescimento das importações de insumos, máquinas e bens de consumo, que dependem da elevação do nível de renda. As interdependências com as importações exigem um cuidado particular com o balanço de pagamentos, a fim de evitar déficits, apesar do crescimento das exportações e do afluxo de capitais externos serem mais intensos. Os efeitos multiplicadores das exportações sobre o setor de mercado interno dependem:

- a) da existência de capacidade ociosa na economia;
- b) do estoque e da qualidade da mão-de-obra;
- c) da disponibilidade de capacitação empresarial;
- d) da dotação de infra-estruturas de transportes;
- e) das ligações de insumo-produto entre as atividades exportadoras e as atividades de mercado interno (SOUZA, 2005, p. 273).

Conforme Souza (2005) a teoria da base exportadora supõe que os mercados internos das regiões não são suficientemente grandes para manter por muito tempo elevadas taxas de crescimento do produto e que o aumento da escala das firmas pelas exportações reduz os custos médios, o que aumenta os lucros e os investimentos. A expansão das exportações possibilita obter demanda adicional para a produção excedente de alguns setores.

De outra parte, as exportações são consideradas *atividades básicas* porque exercem efeito multiplicador sobre as atividades de mercado interno, constituindo a base sobre a qual se erguerá o edifício industrial. Outro argumento é a melhor utilização de recursos ociosos, como terra, mão-de-obra e minérios, o que permite o aumento das exportações no curto prazo, sem reduzir a oferta para o mercado interno. Sem capacidade ociosa, o aumento das vendas para o exterior da região somente será possível com a redução da oferta para o mercado local (efeito deslocamento).

Uma das críticas à teoria da base exportadora diz respeito às flutuações conjunturais externas, internalizadas pela falta de diversificação das exportações, bem como dos mercados. Os efeitos de encadeamento das exportações aumentam ou reduzem o emprego e a renda no setor de mercado interno (Souza, 2005, p. 274).

A partir do momento em que a região começa a vender seus produtos fora de suas fronteiras, ela passa a ter maior participação na economia do resto do mundo. O seu crescimento e o desenvolvimento serão decorrência do dinamismo dessa base de exportação e da difusão desse dinamismo para o resto da economia regional. Essa teoria, sobretudo na versão de Douglas North (1955), continua fornecendo um ponto de partida importante para as análises regionais, sobretudo para as regiões novas.

Por outro lado, segundo Meier e Baldwin (1968), nem todos os setores crescem ao mesmo tempo e no mesmo ritmo. Em vez disso, como se deduz da análise schumpeteriana, alguns setores são a chave para a propulsão do desenvolvimento. A expansão em uma indústria pode induzir o crescimento em outra, e este, por sua vez, pode estimular outro setor da economia. Isto se dá, em parte, por causa do mecanismo do acelerador, que atua em sentido regressivo desde um aumento da demanda final até as indústrias primárias, de base, e em parte, às economias externas iguais às analisadas por Marshall.

Ainda, conforme Meier e Baldwin (1968), o setor de exportação de um país pode ser muito importante como fator propulsivo do crescimento econômico. Em primeiro lugar, os mercados externos ampliam os mercados de certos bens. Como enfatizavam os economistas clássicos, uma indústria pode crescer muito mais se ampliar suas vendas com o exterior, do que se vendesse somente no mercado interno. Isto permite que os produtores de uma dada indústria tirem vantagens das economias associadas à indústria exportadora e aumentem de tal forma sua produção que passa a existir um efeito induzido considerável sobre o crescimento do conjunto das indústrias. As tendências de longo prazo da produção de manufaturas, os investimentos e as exportações encontram-se, provavelmente, em estreita correlação.

Em segundo lugar, a expansão do comércio exportador também facilita o desenvolvimento quando uma determinada indústria de exportação pode crescer sem requerer tanta inversão de capital social como seria necessário se os bens tivessem de ser vendidos no mercado interno. Os mercados domésticos estão limitados não apenas pelo nível de renda real, mas também pelas conexões físicas existentes entre áreas de mercado interno. Para se unir as diferentes áreas dentro do país muitas vezes tornam-se necessários grandes gastos para proporcionar serviços adequados de transporte e distribuição. Por outro lado, se o país entrar no mercado internacional poderá superar esta limitação, principalmente se as regiões estiverem distantes dos principais centros consumidores do país e próximas de portos de exportação que facilitem mais o acesso ao mercado mundial do que ao mercado nacional.

Em terceiro lugar, as exportações criam novas demandas efetivas, aumentando, assim, a demanda de bens no mercado interno. Competindo com a indústria doméstica para a obtenção de recursos, as indústrias de exportação podem, também, estimular aquela outra a introduzir inovações que levem ao aumento de sua produtividade.

Com base no exposto, a teoria da base exportadora, ou a abordagem do crescimento com economia aberta, servirá como âncora à análise da economia chilena nos próximos capítulos. Dessa forma, apresentaram-se os principais tópicos sobre crescimento, que aborda diretamente o aumento do produto interno bruto e desenvolvimento econômico, envolvendo indicadores sociais como melhoria das condições de vida da população, aumento da renda *per capita*, saúde, educação, moradia, entre outros.

Essa interpretação possibilita distinguir países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Neste momento cabe a indagação: em qual desses contextos o Chile está inserido? A idéia básica do estudo é a de que o Chile acelerou o seu crescimento, melhorando os indicadores de desenvolvimento após as reformas econômicas que abriu a economia aos mercados externos e aos fluxos de capitais estrangeiros.

1.4 Conclusão

Este capítulo abordou a teoria do desenvolvimento econômico. Ao longo do tempo os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico passaram a ser vistos de forma separada. O primeiro conceito trata da melhoria da qualidade de vida da sociedade em termos de melhorias da renda, moradia, saúde, educação, entre outros indicadores. O segundo trata somente do aumento do produto interno bruto e da produtividade dos fatores. Dessa forma, para uma melhor compreensão desta dissertação foi apresentada a abordagem do desenvolvimento econômico, sob as óticas de economia fechada e economia aberta.⁶

O crescimento com economia fechada, ou de ISI, tem como vantagem a produção para um mercado já constituído, formado por importações, que passa a ser abastecido por empresas nacionais protegidas da concorrência externa por altas tarifas de importação. Isso permite às empresas nacionais operar com custos médios mais altos, provocando menores estímulos às

⁶ Estamos supondo que qualquer uma dessas políticas de crescimento econômico acaba levando, simultaneamente, ao desenvolvimento econômico no longo prazo. A idéia do texto é que a economia aberta seja mais eficiente a esse respeito, ao manter a economia crescendo mais rapidamente ao longo do tempo.

inovações tecnológicas e ao aumento da competitividade.

Na etapa fácil de substituição de importações, aquela da implantação da indústria leve de bens de consumo final, os custos médios não são tão altos pela existência de certos ganhos de escala. Porém, à medida que o processo avança, produzindo-se bens com mercados cada vez menores, o diminuto tamanho das empresas implica em custos médios crescentes. Este é o caso da substituição de importações de bens de consumo duráveis e bens de capital.⁷ Ao longo do processo, o conjunto da economia passa a ser caracterizado pela ineficiência e altos custos.

Assim, ao cabo de certo tempo, o modelo se esgota, implicando baixas taxas de crescimento e inflação em ascensão rápida. Isso ocorreu em todo o mundo no início dos anos de 1960, levando países como Coréia do Sul, Brasil e México a se voltarem à produção para a exportação. Porém, principalmente na América Latina, ainda não se caracterizou naquela época uma verdadeira abertura ao exterior, com liberalização comercial.

O crescimento com economia aberta leva os países a ostentar taxas mais altas de crescimento econômico no longo prazo. A literatura tem dado como exemplo os países do Sudeste asiático que nos anos de 1980 cresceram a altas taxas por terem se aberto ao exterior e mantido, de certa forma, nos primeiros anos, um processo seletivo de substituição de importações. Somente se substituíam importações com custos médios não muito altos, principalmente quando a produção interna também se destinava à exportação.

A teoria da base exportação explica porque a economia passa a crescer a altas taxas. Os produtos exportados, principalmente aqueles de alto valor agregado e com forte interligação com setores de mercado interno, fornecedores de insumos, exercem efeitos de encadeamento sobre o setor de mercado interno. O efeito multiplicador sobre o PIB ocorre, portanto, pela expansão do consumo intermediário e pelo aumento da renda e do emprego.

A produção para a exportação gera um ciclo virtuoso pelas economias de escala: inicialmente a economia produz e exporta aqueles produtos pelos quais têm vantagens comparativas (matérias primas baratas, mão de obra abundante e qualificada, baixos salários). O aumento da escala das firmas que passam a produzir em nível mundial reduz os custos médios, o que aumenta a competitividade em um segundo momento, possibilitando o aumento das exportações e novas reduções de custos. Essas vantagens ficam ampliadas por incentivos governamentais, como investimentos em pesquisa tecnológica e na educação.

⁷ Na América Latina, somente Brasil, México e, de certo modo a Argentina, conseguiram entrar mais profundamente nessa segunda fase do modelo de industrialização por substituição de importações.

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA CHILENA ANTES DAS REFORMAS DE 1973

2.1 Formação econômica do Chile

No presente capítulo, abordar-se-á a economia do Chile desde suas origens até o ano de 1973, focalizando os principais fatores que influenciaram na constituição básica de sua economia, como colonização, formação econômica, política e institucional, com destaque para o setor produtivo.

Acredita-se que seja importante destacar o panorama histórico, visto que dessa forma podem-se entender melhor as mudanças que ocorreram na economia chilena ao longo do tempo.

2.1.1 O processo de colonização chilena⁸

Diego de Almagro foi o primeiro espanhol que chegou ao Chile com intenções de conquista (1536) depois de uma dramática travessia pela Cordilheira dos Andes.⁹

Em dezembro de 1540, Pedro de Valdivia escolheu o vale onde, em 12 de fevereiro de 1541, fundou a cidade de Santiago, na costa do rio Mapocho, iniciando a conquista do território.

Quando os espanhóis chegaram ao território chileno (século XVI), este estava habitado por grupos indígenas que haviam alcançado diferentes graus de desenvolvimento cultural: Antes da chegada dos espanhóis, o território chileno era habitado por cerca de 500.000 índios. Embora os diversos povos tivessem entre si relação étnica e lingüística, as tribos do norte (atacamenhos e diaguitas)

⁸ A pesquisa sobre a história da colonização chilena foi realizada principalmente no *site*: www.memoriachilena.cl/historia, e nas obras: Formação Econômica da América Latina, de Celso Furtado, El proceso de cambio en Chile, de Sergio Molina.

⁹ Conforme Consulado do Chile em Porto Alegre/RS, <http://www.congechile.com.br/resenha.htm>.

apresentavam maior desenvolvimento cultural, devido ao contato que mantinham com o império inca. Ao sul do rio Bío-Bío viviam os indomáveis araucanos, que resistiram durante séculos à colonização (www.coladaweb.com/paises/chile.html).

Neste sentido, a população indígena estava distribuída irregularmente de norte a sul. Um grupo de destaque foram os mapuches (cujo significado é "homens da terra"), os quais habitavam a região central e sul. De acordo com Barrera, os mapuches possuíam um caráter mais guerreiro; era um povo que defendia e reivindicava com ímpeto sua terra. Além disso:

Este pueblo posee una economía marcadamente agrícola, siendo el pilar básico de su subsistencia los productos que de la tierra puedan extraer y, en bajo porcentaje, los animales que en ésta se puedan criar. Su cultura se denomina básicamente "de subsistencia", ya que su forma de vida se basa en el autoconsumo de la producción familiar, es decir, producen solamente lo que necesitan consumir, dejando de lado la producción con fines comerciales, ya que dentro de las comunidades las necesidades de alimentación son satisfechas mediante el trueque. (BARRERA, 2003, p. 147-148)

No início da conquista, os mapuches recém começavam a praticar a agricultura. Dependiam principalmente da colheita de vegetais, da pesca e da caça. Viviam em rucas, casas redondas construídas com paus e ramos. As mulheres realizavam as tarefas produtivas e os homens se dedicavam à caça e à guerra. Aceitava-se a poligamia.

Outros povos indígenas de destaque da colonização chilena foram: picunches, pehuenches e huilliches. Pode-se dizer ainda que foram os picunches que assimilaram sem contradições a conquista espanhola; pela mistura dessa etnia com os espanhóis formou-se os mestiços chilenos.

Em relação aos colonizadores, Barrera afirma que:

Durante los primeros cien años de conquista, la gran masa de ellos provenía de España (92%) mezclados con otros extranjeros (8%), provenientes de Alemania e Italia mayoritariamente. Se explica la presencia de estos extranjeros porque en esa época Alemania y parte de Italia formaban parte del Imperio de Carlos V. Hombres de gran resistencia física y de valor a toda prueba, muy pocos de ellos eran de alta nobleza. Muchos hidalgos y miembros de baja nobleza se elevaron por entre sus pares, gracias a sus extraordinarias dotes personales. Ya en pleno proceso de conquista, y debido al escasísimo número de mujeres españolas, se unieron con las indias, originándose así las familias primitivas. (BARRERA, 2003, p. 144)

Dessa forma, pacificada a região (1550), Valdivia investiu em direção ao sul do território chileno, fundando nesse mesmo ano, a cidade de Concepción. Três anos depois o avanço foi impedido pela oposição dos araucanos, que mataram Valdivia, liderados pelo Cacique Lautaro. Assim começou uma sangrenta guerra, que se prolongaria até o final do século XIX, quando os índios foram totalmente dominados. Houve várias relutâncias em relação à colonização, contudo a mesma não se deteve. Foi no governo de García Hurtado de Mendoza, na década de 1550, que terminou a conquista do território chileno, estendendo-se até o limite meridional do rio Bío-Bío.

Ainda pode-se relatar, que nos últimos anos do século XVI, houve muitos saques à costa chilena. Os saqueadores (piratas) eram protegidos pela coroa britânica, que pretendia romper com o monopólio comercial da Espanha.

Quanto ao período colonial, observa-se que a falta de metais preciosos obrigou os colonizadores a se dedicarem à agricultura:

Assim, o povoamento do Chile, apoiado inicialmente na produção de ouro, encontrou uma base permanente na agricultura de exportação, cujo mercado era o pólo peruano [...] as regiões do norte argentino, onde existia uma população indígena relativamente densa, tenderam a transformar-se em centro abastecedor do Alto-Peru de tecidos e animais de tração.

[...] o Chile, abastecedor de trigo, carne seca, peles, vinhos, e a região de Cordoba-Tucuman, na Argentina, de onde saíam produtos artesanais e animais de tiro, formou-se uma cadeia de inter-relações econômicas. (FURTADO, 1970, p. 35)

Dentro do império, o Chile era uma colônia pobre, sem recursos minerais e nem mesmo comércio; por isso, a coroa precisava repassar à colônia recursos para a manutenção do governo e do exército. Isso explica porque no final do século XVI não havia mais do que cinco mil espanhóis na colônia, diante disso:

Este país, capitania autônoma na época colonial, singularizava-se pelo fato de que nem era centro exportador de metais preciosos (sua produção de ouro declinara rapidamente), nem era região exportadora para o exterior de produtos agropecuários. Na verdade, o Chile era uma região agropecuária articulada com o pólo peruano. À diferença de outras burguesias comerciais, formadas no comércio de contrabando e sob forte influência inglesa, os interesses exportadores chilenos estavam integrados com os interesses agropecuários da região e se haviam formado no quadro legalista do monopólio organizado pela Metrôpole. (FURTADO, 1970, p. 48)

No período colonial, o Chile pertencia ao vice-reino do Peru. Dentro da colônia, quem detinha o poder absoluto sobre a população era o capitão-geral; contudo era possível apelar ao vice-rei ou ao rei da Espanha, caso houvesse algum tipo de problema.

Por conseguinte, ressalta-se que no Chile ocorreu intensa mistura de índios com brancos, o que explica a homogeneidade étnica de sua população. No final do período colonial, havia cerca de 300 mil mestiços, 175 mil brancos (espanhóis e crioulos), além de 25 mil negros, na maioria escravos. Sendo assim, a hierarquização social baseava-se no fator racial: os espanhóis e crioulos ocupavam os postos mais importantes; mais abaixo estavam os mestiços e índios; e os trabalhos mais duros eram destinados aos negros.

A população concentrou-se no denominado "berço da nação chilena", ao longo do vale do Aconcágua, entre Santiago e Conceção, regiões onde se praticava uma agricultura tendo como base cereais e utilização de mão-de-obra indígena. Os morgadios¹⁰ foram concedidos a membros da nobreza espanhola. Estes, por sua vez, estabeleceram-se nas melhores terras do país, dando origem à posterior estrutura da propriedade fundiária.

Diante disso, devido à dificuldade de acesso à comunicação com o resto do Império, pode-se destacar que o primeiro jornal foi fundado somente pouco antes da independência, assim como a Real e Pontifícia Universidade de San Felipe, em Santiago.

Então, pode-se afirmar que a colonização chilena diferenciou-se em relação aos outros países da América Latina, pelas restrições geográficas que o país possuía, por um lado rodeado pelo Oceano Pacífico e por outro, pela Cordilheira dos Andes. Esses fatores adversos ocasionaram a diferenciação das pessoas que chegaram até lá, ou seja, quem se estabeleceu no território chileno tinha o propósito de ficar, e não o de explorar.

Os eventos como a independência das colônias anglo-americanas e do Haiti, a revolução francesa e o enfraquecimento da metrópole, que se revelou na invasão britânica do vice-reino da Prata; a intensificação do contrabando comercial e a ocupação da Espanha pelas tropas napoleônicas, são episódios do final do século XVIII e início do século XIX, que favoreceram a consciência nacional da luta pela independência.

Depois de reunir-se em Santiago (1810) um *cabildo*¹¹ aberto constituído pelos representantes dos grupos privilegiados, formou-se um governo provisório composto por

¹⁰ Significado de Morgado: Propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não se podiam alienar ou dividir, e que em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho.

¹¹ "Cabildo": denominação dada a junta governante da época da colônia, este era nomeado pessoalmente pelo Rei da Espanha.

líderes locais, governo este que realizou importantes reformas, como a proclamação da liberdade comercial e o estímulo à educação. Porém, logo surgiram dissensões entre os crioulos com relação à extensão das reformas. Nesse mesmo período, a Espanha, deu início à recuperação do controle sobre as colônias. Em outubro de 1814, depois da derrota dos patriotas em Rancagua, o Chile retornou ao domínio espanhol.

Devido aos acontecimentos, os líderes da independência tiveram que se exilar. Na Argentina, Bernardo O'Higgins conseguiu o apoio de José de San Martín, que, ajudado pelo governo revolucionário de Buenos Aires, estava recrutando um exército para libertar o cone sul hispano-americano. Além disso, no interior do país crescia o descontentamento com o governo da colônia. Aproveitando o clima interno adverso, San Martín e O'Higgins, em 1817 atravessaram os Andes e derrotaram os realistas em Chacabuco. Terminada a luta, San Martín renunciou ao poder e O'Higgins se transformou no chefe supremo do novo país.

A independência foi proclamada em 1818, depois da batalha de Maipú, com o abandono do país pelos espanhóis, embora ainda tenham permanecido na ilha de Chiloé até 1826.

Apesar de o Chile ter conseguido a independência, os conflitos todavia continuavam. Os crioulos estavam divididos entre os partidários de José Miguel Carrera (que estivera no poder entre 1811 e 1813), e os de O'Higgins. Com a saída dos espanhóis do Peru e o afastamento de uma possível invasão, intensificou-se a oposição a O'Higgins, culminando no seu afastamento do poder no ano de 1823. Entre 1823 e 1830, a política chilena esteve dominada pela luta entre diversas facções para conquistar o poder, resultando em trinta governos em sete anos. O caos político terminou em 1829, quando os conservadores, apoiados por parte do Exército, nomearam uma junta presidida por José Tomás de Ovalle, embora o poder tenha sido exercido de fato por Diego Portales.

Percebe-se, todavia, que o Chile passou por quatro períodos de grandes mudanças até a Grande Depressão, sendo o primeiro chamado de fase conservadora, em qual a partir de 1830, a oligarquia crioula dominou o país. Diego Portales promoveu a constituição de 1833, criando um sistema político centralizado, que atendia aos interesses dos proprietários de terras. O governo se viu fortalecido depois da vitória na guerra contra a confederação peruano-boliviana (1836-1839).

Já os governos de Joaquín Prieto (1831-1841), Manuel Bulnes (1841-1851) e Manuel Montt (1851-1861) esforçaram-se por melhorar a situação econômica do país, sobretudo,

reorganizar as finanças, esgotadas após anos de guerra. Em consequência disso, foram criadas algumas medidas como: abrir o Chile ao comércio internacional, com intuito de aumentar os recursos, atrair os comerciantes estrangeiros, favorecer a exportação de cereais para as zonas auríferas da Califórnia e da Austrália, aumentar a produção de prata e cobre que era absorvida pela Europa.

Dessa forma, a estabilidade política e a prosperidade econômica permitiram o início da modernização do país, com a construção de estradas de ferro e criação de universidades. Contudo, o progresso econômico foi acompanhado de uma autêntica desnacionalização das riquezas. Tanto o controle do comércio como a exploração das minas passaram para mãos britânicas, francesas, alemãs e americanas, devido ao pouco interesse da oligarquia chilena por qualquer outra atividade econômica além da compra de terras.

Assim, o desenvolvimento econômico ocasionou uma nova classe, a burguesia nacional, que tentou participar da vida política. A resistência e a insatisfação dos proprietários de terras em relação a divisão do poder levou as classes médias a projetar insurreições, como um frustrado golpe de estado em 1851. Ao mesmo tempo, o liberalismo começou a ganhar terreno entre os jovens integrantes da oligarquia e os grupos políticos de classe média.

O segundo período foi a fase liberal, no qual as divergências entre os conservadores e a oposição liberal contra o presidente Montt permitiram a chegada ao poder de José Joaquín Pérez, que governou entre 1861 e 1871. Em 1872, no entanto, rompeu-se a unidade dos liberais devido à política laicista do governo, que se conjugou nas leis de liberdade religiosa e de educação. Assim, iniciou-se um período de secularização e de abertura para o exterior, que pôs fim ao isolamento chileno, expressando-se na influência cultural européia no país.

No campo econômico, o incremento das importações e a crescente dívida adquirida com a construção da infra-estrutura viária provocaram um alto déficit comercial. Tentando equilibrar a balança de pagamentos, o governo passou a interessar-se pelas minas de salitre: as da fronteira norte, as da província boliviana de Antofagasta e as de Arica e Tarapacá, no Peru.

Entre 1879 a 1884, o Chile vivenciou a chamada “guerra do Pacífico” e, a vitória sobre a coalizão peruano-boliviana permitiu a anexação daqueles territórios. No entanto, a conquista provocou atritos com as companhias britânicas e francesas, que eram as proprietárias virtuais das minas de salitre.

Em meados do século XIX, os colonos europeus foram direcionados à parte sul do país, cujo acontecimento acentuou a hostilidade dos índios araucanos, que mantinham o limite

de seu território no rio Bío-Bío. O armamento mais evoluído do exército chileno acabou por derrotar os índios nas campanhas militares de 1882 e 1883.

Com efeito, os conflitos acabaram piorando a situação da fazenda pública. O presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891) exigiu os lucros das minas para o estado, provocando a reação contrária da oligarquia econômica, que não desejava um poder central muito forte. Isso levou a uma curta guerra civil, que culminou com a renúncia de Balmaceda.

A República Parlamentar foi o terceiro período. O Chile deixou de ser uma república presidencialista, após o governo de Balmaceda, se transformando em república parlamentarista, dando início à oligarquia agrária e financeira, que passou a controlar o parlamento.

Com a nova legislação surgiram partidos como o Socialista e o Radical. Os mesmos defendiam os interesses das classes sociais (operários, funcionários) que surgiram devido ao desenvolvimento da burocracia, da mineração, das grandes empresas de gás, da eletricidade e estradas de ferro. Esses partidos organizaram movimentos grevistas em prol de reformas sociais. A instabilidade política e social acentuou a depressão econômica num momento em que a produção agrária mal abastecia o mercado nacional, pois a produtividade era muito baixa devido à ausência de capitalização, e a indústria debilitava-se por falta de investimentos.

Já o último período compreende o momento de instabilidade política (1920-1938). A crise econômica ascendeu grande descontentamento entre a classe popular e a classe média, ao mesmo tempo em que a oligarquia, cujo poder estava desgastado, era incapaz de acabar com o clima de agitação.

Conseqüentemente, em 1924, os militares, apoiados pela classe média, forçaram a demissão de Arturo Alessandri, mas o reconduziram ao poder um ano depois. Após a recondução ao poder, Alessandri promoveu uma nova constituição, promulgada em 1925, que estabelecia um regime presidencialista, cujo objetivo era limitar o controle da vida política exercida pelos grupos sociais mais poderosos por meio do Parlamento. Além disso, previa-se a limitação do direito de propriedade, em função dos interesses do estado.

Contudo, o caos político continuou (entre 1924 e 1932 sucederam-se 21 gabinetes ministeriais), embora de 1927 a 1931 o governo do coronel Carlos Ibáñez del Campo tenha posto em prática várias medidas econômicas (apoio à indústria, nacionalização parcial da mineração), que se viram limitadas pela oposição dos grupos conservadores. A depressão econômica acentuou-se depois da crise internacional de 1929, que teve efeitos catastróficos

para o Chile, com a queda do preço e da demanda internacional de suas matérias-primas e a suspensão dos empréstimos dos Estados Unidos:

El impacto de la crisis mundial en el país se dejó sentir con fuerza entre 1930 y 1932, estimándose por un informe de la Liga de las Naciones (*World Economic Survey*) que nuestra nación fue la más devastada por la Gran Depresión. Las exportaciones de salitre y cobre se derrumbaron, provocando graves consecuencias sobre la economía interna, al caer los ingresos fiscales y disminuir las reservas. A mediados de 1931, la situación económica del país pareció tocar fondo, obligando a la suspensión del pago de su deuda externa por primera vez en la historia: un 16 de julio de 1931. (<http://www.memoriachilena.cl/temas/index.asp>)

As classes médias e populares foram as mais atingidas pela crise. A partir de então, a resposta de Ibáñez del Campo foi a criação de um estado corporativista inspirado no fascismo italiano, que tem como premissa uma prática política estadista e coletivista, opondo-se ao liberalismo, democracia e socialismo. Entretanto, o fracasso dessa experiência, em 1931, provocou a volta ao regime civil com Juan Esteban Montero Rodríguez, substituído por uma curta coligação político-militar, que transformou o Chile em república socialista entre junho e setembro de 1932. No final deste mesmo ano, superada a fase mais aguda da depressão econômica, Alessandri ganhou as eleições e voltou à presidência do país.

O governo de Alessandri (1932-1938) caracterizou-se pelo respeito às instituições constitucionais, pela estabilidade política e pelas medidas tomadas para superar a crise econômica (subvenções à indústria, criação de um banco central e desenvolvimento do setor público para diminuir o desemprego).

Apesar do governo de Alessandri reativar várias mudanças estruturais de impacto positivo, nos últimos anos de seu mandato iniciou-se um panorama de descontentamento de alguns setores da sociedade, traduzindo-se no apoio ao Partido Radical, que alcançou a vitória na eleição de 1938.

Nos anos de 1938 e 1946, governaram o país os presidentes Pedro Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos. Cerda chegou ao poder em 1938, como candidato de uma coalizão de esquerda, frente popular, composta pelos partidos Radical, Socialista e Comunista. Esse governo realizou importantes reformas, sobretudo no setor industrial, em que fomentou a produção nacional (criação em 1939 da Corporação de Fomento da Produção) e limitou as importações. Contudo, a carência de uma maioria parlamentar paralisou muitos projetos de

leis reformistas elaboradas pelo governo. Assim, os mandatos de Cerda e Ríos foram beneficiados pela conjuntura econômica da segunda guerra mundial, que permitiu a multiplicação das exportações com o crescimento inesperado da demanda européia.

O radical Gabriel González Videla governou o Chile entre 1946 a 1952, chegando ao poder por meio de uma coligação com os comunistas. No ano de 1948 a conjuntura internacional da guerra fria levou Videla a romper seus compromissos com os comunistas e a aliar-se a conservadores e liberais.

Percebe-se ainda, que o governo de Videla permitiu o aumento da penetração americana na economia chilena, através de empréstimos e controle da mineração. Assim, os americanos se transformaram nos maiores fornecedores do país, desfazendo a hegemonia de britânicos e franceses. Por conseguinte, no mandato de Videla a direita recuperou sua força eleitoral sobre a esquerda, que perdeu votos nas eleições seguintes.

Foram quatorze anos de governo, no qual houve acentuado desenvolvimento industrial e aumento da população urbana, que em 1952 chegou a 60% da população total (www.memoriachilena.cl/historia).

2.1.2 Principais produtos na formação econômica do Chile

O Chile, que até então fora exportador de produtos agrícolas, em meados do século XX, transformou-se em importador de produtos industrializados, uma vez que a produção industrial já não atendia às necessidades internas. Os fatores que levaram a crise da agricultura foram especificamente: sistemas tradicionais de cultivo; uma estrutura de propriedade fundiária polarizada entre latifúndios e minifúndios, com propriedades médias pouco extensas; e absenteísmo de muitos proprietários de terras.

Além disso, ao lado das inadequadas estruturas de propriedade agrária, o meio físico representou um obstáculo para o desenvolvimento das atividades agrícolas na maior parte do território chileno, pois apenas 15% do solo eram cultiváveis. Dessa percentagem, quase metade corresponde ao Chile central. No norte só é possível o cultivo de alguns trechos, por meio de irrigação, enquanto que o sul do país (Patagônia) é domínio quase exclusivo da pecuária extensiva.

Então, na produção agrícola os produtos que mais se destacaram foram os cereais,

principalmente trigo, assim como aveia, cevada, milho e arroz. Logo após, vêm as frutas: maçãs, ameixas, pêssegos e cítricos, os quais se seguem aos cereais pelo volume de produção. Os vinhedos, introduzidos pelos espanhóis, ocupam grandes extensões na região de Santiago e são à base da segunda indústria vinícola latino-americana depois da Argentina. Outras culturas de menor importância são as leguminosas (feijão, lentilhas e ervilhas) e batatas. Dentre as culturas de aproveitamento industrial destaca-se a beterraba açucareira.

A pecuária constitui a base econômica da zona meridional. Pelo número de cabeças destaca-se os rebanhos bovinos, seguidos pelo ovino, o qual fornece a lã para a exportação. Pode-se dizer que metade desse gado se encontra na Patagônia oriental, onde pasta em imensas fazendas. Porém, a produção nacional de carnes (ovina, bovina e suína) não atende à demanda total, complementada por importações dos países vizinhos, principalmente da Argentina, Brasil e Paraguai.

O setor pesqueiro teve um papel importante na formação econômica do Chile. A diversidade de espécies e abundância de cardumes é uma constatação favorável que permitiram ao Chile alcançar alto grau de desenvolvimento na indústria pesqueira, sendo que as espécies capturadas que mais se destacam são: anchova, sardinha, atum e mariscos. Também é válido ressaltar que Arica e Iquique são os portos de pesca mais importantes do país.

Visando o setor energético, pode-se afirmar que a principal fonte de energia é a hidrelétrica, produzida pelos torrenciais cursos d'água do Chile central. As instalações da Empresa Nacional de Eletricidade se encontram em Chapiquiña, El Sauzal, Los Cipreses, Abanico, etc. O petróleo é extraído nas províncias de Magalhães e Terra do Fogo; devido à baixa produção desse recurso, o país se obriga a importá-lo.

O Chile conta com grandes recursos florestais nas regiões situadas ao sul do rio Bío-Bío. A floresta natural de araucária, carvalho e faia é objeto de uma exploração madeireira que atende às necessidades da marcenaria e da construção, produzindo excedente para a exportação. Tem sido fomentado o reflorestamento com pinheiros, que abastecem as indústrias de celulose e papel.

A força primária da indústria chilena é atribuída aos recursos florestais. Neste sentido, um dos grandes desafios é ampliar a base florestal a partir da incorporação de pequenos e médios proprietários agrícolas. São iniciativas de fomento legais e administrativas que permitam aos proprietários criar florestas nos milhares de

hectares que hoje estão improdutivos. Essa iniciativa poderia combater um dos maiores problemas ambientais enfrentados pelo país, que é a erosão dos solos, mediante a cobertura vegetal que incorpora nutrientes aos solos, recuperando-os. (<http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?IDItem=7911&IDNoticia=5764>)

2.1.3 A importância do cobre na economia chilena

A base da economia chilena advém dos recursos minerais. Inicialmente, foi o nitrato de sódio, mais conhecido comercialmente como *salitre do Chile*, e depois o cobre, sendo o país um dos maiores produtores mundiais.

O nitrato natural, no Chile, só é encontrado no deserto de Atacama. Desde o final do século XIX, a exportação desse mineral foi a principal fonte de recursos do país. Com a fabricação de nitratos sintéticos na Alemanha e Estados Unidos, após a Primeira Guerra Mundial, houve tentativa de crise na exportação do salitre, pois o produto não podia competir com os baixos preços dos produtos sintéticos.

El cobre es un elemento muy importante en nuestro mundo hoy en día. Tiene muchísimos usos: es útil en la generación y la transportación de electricidad, la industria de construcción lo usa para las tuberías de agua y gas, y también es usado en los edificios como un componente estructural (¡las casas modernas usualmente requieren casi 200 kilos de cobre!). El proceso de explotar cobre implica cuatro pasos básicos. El primero es la extracción de piedras de la tierra. Seguido, las piedras con cobre pasan por una máquina de molienda, y luego el material es sumergido en una solución de lixiviación. Eso crea una solución de sulfato de cobre y la electroobtención es usada para crear cátodos o ánodos de cobre de 99.99% de pureza. Chile es el exportador de cobre más grande del mundo y las ganancias de la industria de cobre son una parte vital de su economía. (www.owl.net.rice.edu)

O cobre sempre teve importância relevante na vida das civilizações; no Chile não poderia ser diferente. Pode-se dizer que.

Entre los tiempos coloniales y la Primera Guerra Mundial, el salitre era la exportación más grande de Chile. Pero, a principios del siglo XX, los nitratos artificiales fueron inventados. Al instante, el sector del salitre se derrumbó. Desde el desarrollo de la electricidad los usos del cobre se han aumentado rápidamente. Por supuesto, eso estaba acompañado por un incremento en la demanda del cobre. Cuando su exportación principal desapareció, Chile empezó a aprovechar sus yacimientos de cobre. La primera mina abrió en 1904, pero la extracción moderna

no empezó hasta 1912. La industria del cobre ha crecido desde su creación: al principio las empresas de cobre produjeron 45.000 toneladas métricas, 1927 produjeron 200.000. Durante este tiempo el cobre fue nombrado “el salario de Chile”. (www.owl.net.rice.edu)

A diminuição da exportação de nitrato foi contrabalançada pela crescente exportação de cobre. O Chile possui um quarto das reservas mundiais desse mineral. As principais minas são as de El Teniente (Rancagua), Chuquibambilla (Antofagasta), Potrerillos (Copiapó), El Salvador e Río Blanco. A exploração estava nas mãos de empresas americanas, empresas médias chilenas e mineiras particulares (garimpeiros); porém, sua extração foi nacionalizada na segunda metade do século XX.

Tabela 1 - Participação chilena na produção mundial de cobre entre 1900 e 1970

ANO	Participação na produção mundial (%)
1900	5,3
1910	10,2
1929	16,5
1938	17,5
1950	14,4
1960	12,6
1970	10,9

Elaboração Própria. FONTE: *O Desempenho Exportador do Chile: um Debate em Andamento*. MUSSA, L. ; CARVALHO. C. E. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 6, vol. 1, 2007, p. 230.

Diante disso, podemos afirmar que o cobre chileno, ao longo do tempo, teve uma participação significativa na economia mundial, como se pode observar na tabela 1. Entre 1900 e 1970, a maior participação ocorreu em 1938, com 17,5%.

Então, segundo Furtado (1970) a produção de cobre no Chile teve maior crescimento no fim da década de 20, atingindo a produção de 321 mil toneladas em 1929. Esse crescimento ocorreu devido, principalmente, à ação de companhias americanas, que excluíram as antigas empresas nacionais, organizadas desde o século anterior. O autor ainda afirma.

Entre 1925 a 1929 a contribuição do Chile na produção mundial de cobre representava 18%, colocando-se somente atrás dos Estados Unidos. Por outro lado, o cobre representava 40 % do valor das exportações chilenas. A nova indústria, dotada de moderna tecnologia, instalada em regiões isoladas e pagando módicos impostos, deixava no país uma pequena parte do valor da produção. Assim, uma tonelada de

cobre produzida pelas pequenas empresas nacionais representava tanto para o país quanto quatro toneladas oriundas das companhias estrangeiras.

A partir da crise mundial o Governo chileno se empenhou num esforço de interiorização da indústria do cobre. Mediante medidas fiscais e cambiais, tratou-se de aumentar a parte realizada, dos dispêndios, no país, efetuados a título de custos de produção, e de apropriar para o Estado uma parcela crescente dos lucros das empresas. (FURTADO, 1970, p. 232)

Assim sendo, na tabela abaixo se observa que a produção de cobre entre os anos 1956 a 1958, apresentou tendência decrescente, ocorrendo um salto nos anos seguintes, pois “A produção que, em 1954 fora de 364 mil toneladas, nível similar ao ano de 1929, alcançou 662 mil toneladas em 1966” (FURTADO, 1970, p. 233).

Tabela 2 - Produção e exportação do Cobre

ANOS	Produção (1000 t)	Exportação (US\$ milhões)
1954	363,7	221,5
1955	433,5	327,4
1956	489,2	333,7
1957	480,2	246,0
1958	464,9	195,1
1959	544,8	279,3
1960	532,5	322,1
1961	547,7	304,7
1962	585,9	332,3
1963	601,1	335,9
1964	621,8	374,8
1965	585,3	428,5
1966	661,8	575,7

Fonte: *Corporación Chilena Del cobre*. In: FURTADO, 1970, p. 240.

Igualmente observa-se, que os efeitos da Primeira Guerra Mundial elevaram os preços do salitre e encareceram as importações dos países importadores. O término do conflito deixou vulnerável a dependência da economia, ao cair os preços do nitrato. A partir daí, os governos começaram a reformular as políticas econômicas adotando políticas que viriam a ser muito semelhantes àquelas da CEPAL dos anos de 1950. Pode-se afirmar então, que o estado passou a ter um papel mais ativo no desenvolvimento econômico, que levaria à retomada do crescimento. Sendo assim, no Chile, a política de substituição de importações e o desenvolvimento industrial precederam a grande depressão de 1930, quando imperou uma nova ordem econômica, com a necessidade de transformação do modelo econômico.

Neste sentido, após o término da Primeira Guerra Mundial o Chile alcançou uma importante expansão econômica. Na década de 1920, os governos, como já fora ressaltado, aplicaram políticas intervencionistas, alcançando sua maior expressão durante o governo de Carlos Ibañez Del Campo¹² (1927 – 1931). Nesse período houve mudanças significativas como:

- a) reformulação da administração pública (nacionalização da produção do salitre);
- b) realização de programas de obras públicas;
- c) políticas econômicas incentivando a produção industrial, elevando a tarifa de importação de produtos manufaturados;
- d) incentivo ao crédito industrial (1928);
- e) intervenção do Estado na produção nacional através da compra de ações de algumas indústrias chaves para o desenvolvimento econômico.

Em síntese, desde antes de 1930 houve intervenção estatal no Chile visando a industrialização, em parte substituindo importações. Assim, os fundamentos da política de substituições de importações, que caracterizaram a economia chilena, principalmente após 1930, foram uma conseqüência de políticas e movimentos da economia da década anterior e das flutuações da economia internacional desde o término da Primeira Guerra Mundial.

2.2 A economia chilena no período de intensa influência cepalina (1950/1973)

Nesse período, realizar-se-á uma análise da evolução da economia chilena, quando se intensificou o processo de substituição de importações, destacando-se os efeitos desse processo, que mais adiante deu origem aos conflitos que gerou o golpe militar em setembro de 1973.

Atualmente, o Chile é um dos países mais industrializados da América do Sul, ao lado do Brasil e da Argentina. Entretanto, sua indústria não tem conseguido atender às necessidades do mercado nacional. Embora a partir da década de 1960 tenha sido iniciada uma política de descentralização, a maior parte das instalações industriais chilenas encontra-se concentradas na região urbana de Santiago, conforme Molina (1972).

¹² Para melhor esclarecimento ver site: www.memoriachilena.com.cl

A siderurgia encontra-se instalada em grandes complexos em Huachipato e Talcahuano; essa indústria fornece produtos semi-acabados às indústrias automobilísticas e navais. A indústria química que teve início com a produção de adubos nitrogenados, diversificou-se, e a petroquímica atingiu grande importância em Concón e Talcahuano.

Entre as indústrias de bens de consumo, destaca-se a têxtil, que se localiza em Concepción, Valparaíso e Santiago. As indústrias alimentícias são muito variadas, com destaque para a indústria alimentícia de carnes, farinhas, laticínios, conservas e a indústria de bebidas alcoólicas.

Em relação ao comércio exterior, percebe-se que a balança comercial, tradicionalmente deficitária, tendeu ao equilíbrio e mesmo ao superávit na década de 1980. Nas exportações predominam os produtos minerais (encabeçados pelo cobre). Igualmente são importantes as vendas de frutas e verduras, farinha de peixe, papel e derivados de papel. A pauta de importações compreende produtos alimentícios (açúcar, banana, chá), máquinas e equipamentos, veículos motorizados, petróleo e manufaturas.

O Chile, hoje, mantém intensas relações comerciais com países como Japão, Alemanha, Reino Unido, Argentina, Brasil e, principalmente, com os Estados Unidos, país com o qual tem vínculos tanto no plano comercial como no financeiro.

Quanto ao transporte, verifica-se que o desenvolvimento da infra-estrutura rodoviária tem sido dificultado pela configuração do relevo e também pela pouca uniformidade da distribuição demográfica, concentrada principalmente na região metropolitana de Santiago.

A rede rodoviária que praticamente não chega ao sul do país, organiza-se em torno de uma artéria principal, a rodovia pan-americana, que parte de Puerto Montt em direção do norte. A rodovia transandina que liga o Chile à Argentina pelo passo de La Cumbre (3.832m), permanece intransitável durante cinco meses por ano.

O sistema ferroviário é um dos melhores da América do Sul, embora as diferentes bitolas sejam um grave problema. As principais vias transandinas ligam-se à Argentina (Los Andes-Mendoza e Valparaíso-Santiago-Antofagasta-Salta) e à Bolívia (Arica-La Paz).

A insuficiência de transporte terrestre é compensada pela grande importância da aviação e do transporte marítimo, tanto nas comunicações internas como nas externas. O porto de Valparaíso apresenta movimento de importações, enquanto os de Iquique, Tocopilla, Huasco, Chañaral e Coquimbo dão saída às exportações de minerais. Os principais aeroportos se encontram em Santiago, Valparaíso, Arica, Antofagasta e Punta Arenas.

2.2.1 A industrialização por substituição de importações

A década de 1950 marcou o início de grandes transformações na economia mundial e no Chile não poderia ser diferente.

Em seu livro *Uma nova fase de crescimento para a América Latina*, Balassa (1986), salienta que o aumento da renda na América Latina decorreu das exportações de produtos primários, que gerou demanda de bens de consumo manufaturados e de insumos em toda a região.

A escassez de divisas criada pela queda das exportações primárias durante a Grande Depressão e o acesso limitado a produtos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial intensificaram a substituição de importações, que se tornou doutrina logo após, orientando a formulação de novas políticas em grande parte da América Latina.

Os principais países latino-americanos atingiram *status* semi-industrial por volta de 1950. Estabeleceram indústrias que produziam bens de consumo não duráveis e seus insumos, tais como vestuários, têxteis, calçados, couro, móveis e madeira e, em grande parte, concluíram o processo de substituições de importações nessas indústrias. (BALASSA, 1986, p. 59)

De acordo com o autor, o processo de substituição de importações compreende duas fases. A primeira pode ser chamada de fase “fácil”, ou seja, é aquela em que as indústrias se ajustam as possibilidades de produção dos países em desenvolvimento. Nesse primeiro momento o Chile viveu o processo de industrialização dos setores tradicionais.

A segunda fase abrange um momento mais crítico da economia em função do grande vilão que era o controle da inflação, assim como em todos os outros países da América Latina.

Por sua vez, a exportações mundiais de cobre do Chile caiu de 28% em 1938 a 22% em 1964-66, sendo responsável por três quintos de exportação do país. Além disso, apesar de suas vantagens climáticas, as políticas comerciais aplicadas criaram obstáculos ao desenvolvimento da economia chilena, impedindo assim o desenvolvimento de exportações e contribuindo para aumentar as importações de alimentos. (BALASSA, 1986, p. 63)

Em síntese, entre a década de 1950 e início de 1960 o processo de substituição de importações foi positivo.

A especialização na produção permitiu a elevação da produtividade e da renda, abrindo o caminho para a formação de um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados e para a construção de uma infra-estrutura. Enquanto na experiência clássica a industrialização resultou da introdução de inovações nos processos produtivos, as quais, através da redução dos preços, permitiram a substituição dos produtos artesanais e a formação do próprio mercado, no caso latino-americano o mercado formou-se como decorrência da elevação de produtividade causada pela especialização externa, sendo inicialmente abastecido mediante importações. (FURTADO, 1970, p. 124)

Assim, a transição para uma economia industrial dependeu de uma série de fatores, conforme Furtado (1970) foram os seguintes:

- a) a origem da atividade exportadora, da qual depende a quantidade relativa de mão-de-obra a ser absorvida no setor de produtividade elevada e em expansão;
- b) tipo de infra-estrutura exigido pela atividade exportadora: a agricultura de clima temperado criando uma rede de transportes; a agricultura de clima tropical, concentrada em áreas limitadas e muitas vezes em regiões montanhosas, satisfazendo-se com uma infra-estrutura especializada, na maioria dos casos criadora de escassas economias externas para o conjunto da economia nacional;
- c) propriedade dos investimentos realizados na economia de exportação: a propriedade estrangeira reduzindo a parte de fluxo de renda do setor em expansão que permanece no país; recaindo nas economias mineiras de exportação a maior incidência da propriedade estrangeira, os aspectos negativos destas se viram agravados;
- d) taxa de salário que prevalece no setor exportador na fase inicial, dependendo, sobretudo, das dimensões relativas do excedente de mão-de-obra;
- e) dimensão do setor em expansão, a qual reflete na maioria dos casos a dimensão geográfica do país.

Por fim, a concretização da substituição de importações, somente aconteceu nos países que já tinham passado pela primeira fase do processo de industrialização. As condições para que isso realizasse foi necessário aumentar a oferta, expandir a renda monetária, aumentar a produção manufatureira, entre outros.

2.2.2 Estrangulamentos do modelo: alternativas

O fracasso do processo de substituição de importações, que pode ser chamado de segunda fase, precedeu do alto endividamento do estado junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), pois a ajuda desse órgão detinha taxas de juros elevadas. Porém, as indústrias a nível interno necessitavam da ajuda do estado para aumentar e qualificar sua capacidade produtiva, gerando, dessa forma, uma dívida ainda maior do estado com o FMI.

Essas indústrias de substituição de importações da segunda fase necessitavam assim de alta proteção para se estabelecer e sobreviver. Tal proteção foi de fato proporcionada aos produtores potenciais mais ou menos automaticamente, refletindo uma política “substituição de importações a qualquer custo” [...]. O tamanho limitado dos mercados internos também levou a posições de monopólio em algumas indústrias. Havia pouca concorrência efetiva em outros, a medida que um pequeno número de empresas dividiam o mercado, abraçando uma política de altos lucros e baixo fluxo. As subsidiárias de empresas estrangeiras, atraídas pelo nível elevado de protecionismo, adotaram políticas semelhantes. (BALASSA, 1986, p.61)

Por sua vez, o pouco incentivo a melhora da tecnologia ocasionou a ausência de concorrência interna e externa. Prebisch salientou (1964) que “uma estrutura industrial, praticamente isolada do mundo externo, cresceu em nossos países”. Ainda acrescenta.

O critério de determinação da escolha baseou-se não em considerações de conveniência econômica, mas de viabilidade imediata, fosse qual fosse o custo de produção[...] As tarifas foram levadas a tal ponto que indubitavelmente, em média, são as mais altas do mundo. (PREBISCH apud BALASSA, 1986, p.61)

Segundo Cardoso e Fishlow (1992), a substituição de importações foi uma estratégia de desenvolvimento que ocasionou um desequilíbrio, ocorrido no fim da década de 1950, produzindo três grandes impactos, a saber: deterioração da balança comercial, desequilíbrio setorial e deterioração das contas do setor público.

O primeiro impacto se refere à restrição à importação, através do aumento de alíquotas, em consequência diminuiu a oferta das exportações. Contudo, a indústria necessitava cada vez mais da importação de bens de capital e bens intermediários.

Em relação ao desequilíbrio setorial “las políticas de sustitución de importaciones exageraron el crecimiento industrial a expensas de la agricultura, com três consecuencias” (CARDOSO e FISHLOW, 1992, p. 89), que são:

- a) os preços dos alimentos se mantiveram artificialmente baixos, beneficiando a renda urbana às custas da renda rural;
- b) as fábricas relativamente intensivas em capital somente absorveram uma pequena fração do aumento da mão-de-obra, atravancando o setor de serviços e pressionando o governo para servir como principal empregador;
- c) os objetivos físicos dominaram os cálculos de custos, foi como se o alto preço “sombra” das divisas justificasse qualquer projeto.

O terceiro impacto foi o desequilíbrio fiscal.

Debido a que los recursos iniciales reales obtenidos por lo impuestos a las exportaciones primarias comenzaron a consumirse, los subsidios a la inversión industrial tuvieron obtenerse de los impuestos explícitos. Al mismo tiempo, las responsabilidades estatales habían aumentado, ejerciendo nuevas presiones sobre el presupuesto en la columna de gastos. La monetización del déficit fue un atractivo irresistible y con precedentes en el siglo XIX en América Latina. La inflación y la necesidad de estabilización constituyeron un problema en varios países hacia fines de la década de los 50. (CARDOSO e FISHLOW, 1992, p. 89)

Diante disso, a ineficiência do processo de substituição de importações contribuiu para que a “Alianza para el Progreso” começasse a se deteriorar aliada, principalmente, pela mudança de posições políticas, tanto nos Estados Unidos como na América Latina. As reformas não eram fáceis e os recursos limitados, que de certa maneira contribuía para que as políticas mais ortodoxas se transformassem em um modelo a ser seguido.

2.2.3 Conflitos políticos e o golpe militar

O período de 1952 a 1964 foi de estagnação da economia chilena. A vitória eleitoral de Ibáñez del Campo pode ser explicada pela decepção da classe média com os radicais, que não conseguiram aumentar sua influência política, assim como pelo empobrecimento das classes populares e a crescente dependência econômica e política aos Estados Unidos. Ibáñez

governou em coalizão com a ala direita do Partido Socialista e com vários grupos conservadores. Durante seu mandato presidencial, surgiu no cenário chileno um novo tipo de político: o populista.

Em 1958, Ibañez foi sucedido por Jorge Alessandri, que governou com o apoio dos grupos conservadores e liberais. Esse governo obteve alguns êxitos no campo econômico, pois reduziu o desemprego e controlou a inflação, além de favorecer o desenvolvimento industrial. No entanto, a política de contenção salarial resultou na oposição dos trabalhadores e da classe média ao governo.

O descontentamento popular fortaleceu os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) e da democracia cristã; este último partido, reformista de centro, fundado em 1957, pretendia acabar com o tradicional poder social e político da direita, através de reformas econômicas, sobretudo no setor agrário.

Nas eleições de 1964, a esquerda se apresentou dividida e o Partido Democrata Cristão conseguiu uma arrasadora vitória eleitoral. Com o lema de "revolução em liberdade", Eduardo Frei Montalva tornou-se presidente do país. Ele organizou um programa de "chilenização", contando com o apoio da classe média. Sua realização mais importante foi a reforma agrária, iniciada em 1967. O governo expropriou, mediante indenização, as terras não-cultivadas e limitou as propriedades a 80 hectares. Em 1970, já haviam sido expropriados cerca de 200 mil hectares. A política de reformas dos democrata-cristãos aumentou a expectativa de melhorias sociais entre as classes populares. Com isso, os trabalhadores começaram a participar mais ativamente na política, inclinando-se cada vez mais para a esquerda.

No ano de 1969 foi criada uma coligação de esquerda, a qual visava as eleições presidenciais. A nova formação era composta pela unidade popular, socialistas, comunistas e por pequenos grupos da esquerda marxista e não-marxista. Em 1970, o socialista Salvador Allende, candidato da Unidade Popular, foi eleito presidente da república.

O programa da Unidade Popular pretendia fazer a transição pacífica para o socialismo, mantendo o sistema democrático. Em virtude de tal objetivo, o governo acreditava ser necessário acabar com o poder político e econômico dos bancos; nacionalizar as empresas em mãos de estrangeiros; intensificar a reforma agrária e redistribuir a riqueza em favor das classes desfavorecidas. Esse programa fez com que aumentasse o apoio ao governo de Allende nas eleições municipais e legislativas de 1971 e 1972:

El gobierno de Salvador Allende inició, entonces, una experiencia difícil y única: llevar al país a transitar por una vía democrática hacia el socialismo. Allende, junto a un grupo importante de sus seguidores, estaba convencido de que el socialismo podía construirse sobre la base de las tradiciones democráticas chilenas. En este sentido, fue significativo que una de las pocas leyes aprobadas en el parlamento fue la nacionalización de la gran minería del cobre. (<http://www.memoriachilena.cl>)

Contudo, a partir de 1971, a classe média diminui o apoio a Allende, pois se encontrava descontente em razão das dificuldades econômicas provocadas pelas nacionalizações (minas de cobre e indústrias básicas) e com o boicote do capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos.

O aparecimento de forte inflação e a estagnação econômica permitiu o reagrupamento das forças contrárias à experiência socialista. Além desses fatores, o governo de Allende, perseguindo seu objetivo de implantar o socialismo, entrou em conflito freqüente com outros órgãos do poder, como o judiciário e os tribunais de contas, enquanto ocorriam ocupações ilegais de fábricas e propriedades. A direita, representada pelo Partido Nacional e pelos centristas democratas cristãos, uniu seus esforços contra o governo e buscou o apoio dos militares.

Assim, em 11/09/1973 as forças armadas tomaram o poder. O golpe militar contou com o apoio da classe média e alta, enquanto o Partido Democrata Cristão permaneceu neutro. Salvador Allende, sitiado no palácio de La Moneda, não se rendeu e foi morto durante o bombardeio e invasão do palácio.

2.3 Indicadores sociais e econômicos entre 1950 e 1973

2.3.1 Indicadores sociais

À medida que foi crescendo a urbanização e a industrialização do país, recrudesceram alguns problemas, principalmente aqueles ligados à saúde. A falta de infra-estrutura adequada afetou diretamente a vida da população e, conseqüentemente, aumentou a mortalidade.

O aumento da taxa de mortalidade acarretava graves problemas para as elites que dirigiam o país, já que implicava na diminuição da oferta de trabalhadores, aumento dos salários reais e, em virtude disso, perda de competitividade.

Devido a isso, gradativamente o estado começou a intervir na saúde pública, já que

esta elevava os índices de mortalidade, bem mais altos em relação a outros países latino-americanos. Isso forçou a uma mudança significativa no regime público de saúde, passando de um regime individual e filantrópico a um sistema público e coletivo. Assim sendo, foram criados o Ministério da Higiene, Assistência, Trabalho e Previdência Social.

Respecto de los avances médicos, hasta mediados del siglo XIX, el desarrollo de la medicina en Chile era escaso. Con la creación de la Universidad de Chile se produjo un creciente aumento de los médicos en el país y de su prestigio, además de la modernización de esa profesión al asumir y practicar los postulados científicos y positivistas provenientes de Europa. Con la valoración del ejercicio profesional de la medicina se formó un estamento del cual el Estado obtendría la capacidad humana que necesitaba para llevar a cabo las reformas que requería el sistema de salud. Sin embargo, las condiciones ambientales de los asentamientos humanos en Chile hicieron prácticamente imposible la disminución de los indicadores de salud, a pesar de los enormes esfuerzos realizados por el Estado, a partir de la formación de profesionales en el ámbito de la medicina y la construcción de un sistema de salud pública basado en hospitales. El tiempo demostró que era más efectivo atacar las causas de las enfermedades más que sanar sus consecuencias, por lo tanto se hizo evidente la necesidad de invertir en obras de saneamiento urbano e higiene pública que, hasta mediados del siglo XX, eran deplorables. (<http://www.memoriachilena.cl>)

A educação chilena desde a época da colônia era dirigida prioritariamente pela Igreja Católica e em menor grau pelo “Cabildo”. A primeira universidade chilena, a Real Universidad de San Felipe, em Santiago, foi fundada em meados do século XVIII.

Logo após a independência houve a necessidade de formar outro tipo de cidadão, que tivesse idéias patrióticas e nacionais. Dessa forma surgiu o Instituto Nacional (1813) como modelo para a educação pública.

No ano de 1843 a Universidad de San Felipe se transformou na Universidad de Chile; e, assim, foram sendo criadas novas universidades como a Universidad Católica (1888), enquanto a primeira consolidava-se como a principal instituição de educação superior do país. Nas décadas seguintes a Universidad de Chile continuou sua expansão com os reitores Juvenal Hernández e Juan Gómez Millas, ultrapassando as fronteiras da capital. Contudo, a burocratização, as demandas por democratização em suas estruturas e as tendências ideológicas na década de 1960, fizeram com que alguns setores, principalmente, os estudantes exigissem uma reforma universitária voltada à pesquisa acadêmica e ao estudo de problemas sociais.

As propostas da reforma foram difíceis de serem consolidadas pelas diferentes visões

impostas pela sociedade, estado e universidade. Esses ideais só fizeram refletir as profundas diferenças de pensamento existentes, alcançando a máxima expressão com o golpe militar de 1973.

Tabela 3 - Taxa de matrícula nas escolas secundárias e no ensino superior em países da América Latina em 1960 (%)

Países	Escolas secundárias	Ensino superior
Argentina	23	11
Brasil	11	2
Chile	24	4
Colômbia	12	2
Equador	12	3
México	11	3
Perú	15	4
Uruguai	37	8
Venezuela	21	4

Elaboração própria. FONTE: BALASSA, BELA. *Uma Nova Fase de Crescimento para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 48

Na Tabela 3 vislumbra-se a situação da educação na década de 1960 no Chile e nos principais países da América Latina. Constata-se que o Chile ficava em segundo lugar em relação à taxa de matrícula no nível médio (abaixo do Uruguai). Tratando-se do ensino superior, o Chile ocupava o terceiro lugar, juntamente com o Peru e a Venezuela, abaixo da Argentina e do Uruguai. Conclui-se que a educação chilena, em 1960, ocupava os primeiros postos na América Latina em relação ao número de matrículas, tanto no nível médio, quanto no superior.

2.3.2 Indicadores econômicos

A sociedade rural chilena manteve sua estrutura agrária tradicional até as primeiras décadas do século XX, que tinha como base grandes latifúndios e uma estrutura social rígida, autoritária e paternalista. Devido a esses fatores, alguns setores da sociedade começaram a pressionar a realização da reforma agrária.

Contudo, nos governos radicais houve privilégio da industrialização em detrimento da parte rural. Dessa forma, milhares de camponeses foram obrigados a migrar da área rural para

a urbana, pois o setor agrícola passava por uma forte crise caracterizada pela incapacidade produtiva, o que levou na década de 1950 o país a importar produtos alimentícios.

De outra parte, la urbanización del país, fenómeno que se desarrollaba a partir de 1930 y aceleradamente desde 1940 (2.1 millones de urbanos, aproximadamente el 50 por ciento en 1930, 54 por ciento en 1940, 60 por ciento en 1950 y cerca del 70 por ciento em 1960) habia cambiado el marco en que se desenvolvian las relaciones sociales, tanto las interpersonales como las de los particulares com el Estado. Para centenares de miles de hombres, los migrantes del Area rural, habian desaparecido los marcos de la sociedad agrícola paternalista, y para todos los habitantes urbanos era notório el paso de la vieja sociedad tradicional chilena a una sociedad de masas. (MOLINA, 1972, p. 62)

No ano de 1960, novamente começou a existir uma pressão pela reforma agrária, contando até mesmo com o respaldo da Igreja Católica que repartiu suas terras com os camponeses, tendo apoio dos Estados Unidos (EUA) através da “Alianza para el progreso”.

Assim, o governo de Jorge Alessandrini proclamou a primeira lei de reforma agrária no ano de 1962. Logo após, com Eduardo Frei Montalva, a reforma agrária alcançou um impulso bastante representativo que originou uma segunda lei. De acordo com Molina (1972) a lei de reforma agrária propunha dar propriedade a mais de 100 mil famílias camponesas, além de prestar assistência técnica aos pequenos proprietários rurais, com a organização de cooperativas e a sindicalização das pessoas que trabalhavam no campo.

O governo de Salvador Allende continuou o processo de reforma agrária, com a expropriação de latifúndios, passando os mesmos à administração estatal, ou formando cooperativas agrícolas ou assentamentos camponeses. Entretanto, essas ações levaram a um conflito social, marcado pela invasão de prédios públicos, terras, entre outros, o que ocasionou um clima de tensão e lutas.

Esses acontecimentos geraram fortes crises econômicas e sociais. No que concerne à inflação, o Chile, como os outros países da América Latina, sofreu com os persistentes aumentos do nível geral de preços.

O programa do governo previa uma meta de atingir uma inflação baixa em 10 anos. Contudo, os índices mostraram distintas variações como se observa na Tabela 4.

Tabela 4 - Variação do índice de preço ao consumidor, 1965/1970 (%)

Ano	Previsão de variação do IPC	Variação real do IPC
1965	25,0	25,9
1966	15,0	17,0
1967	10,0	21,9
1968	Nd	27,9
1969	Nd	29,3
1970	Nd	35,8

Elaboração própria. Fonte: Molina, 1972, p. 100.

Obs: nd (não disponível)

Percebe-se que os índices que se aproximam mais das metas propostas foram os de 1965 e 1966. Por outro lado, nos anos seguintes, verifica-se uma disparidade elevada entre o índice de inflação previsto e realizado. Houve, nesses anos, maior produtividade do setor industrial e baixo incremento dos produtos importados, pela política de substituição de importações.

A Tabela 5 detalha as variações do IPC de cada setor da atividade econômica.

Tabela 5 - Variações nos componentes do índice de preços (IPC), 1960/1970 (%)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Por atacado											
A. Nacionais	8,6	0,5	10,2	47,0	51,6	33,1	26,9	19,7	27,6	36,2	36,6
1. Agropec.	18,7	0,6	13,0	43,9	51,6	37,3	25,7	15,9	24,4	41,0	36,0
2. Indústrias	2,9	0,9	9,3	52,9	53,5	28,0	28,3	22,8	30,9	35,6	1,3
3. Mineiros	7,2	-1,7	4,5	50,6	40,3	46,9	24,3	15,8	21,7	29,2	29,0
B. Importados	-1,2	1,1	4,2	68,2	48,6	7,0	13,0	18,6	38,7	37,4	34,4
Por Varejo											
A. Alimentos	14,7	9,9	17,1	49,8	50,3	29,6	22,5	14,5	25,5	30,7	35,4
B. Moradia	9,3	7,2	10,5	31,2	35,3	26,5	20,6	19,7	24,5	26,1	25,8
C. Vestuário	7,1	2,5	11,8	41,8	50,7	25,3	20,3	22,1	25,6	27,8	27,7
D. Vários	10,5	6,5	10,9	46,8	36,7	34,2	31,9	27,6	35,4	39,4	37,7

Fonte: ODEPLAN, *Antecedentes sobre el desarrollo chileno 1960-1970*. In: Molina, *El Proceso de cambio en Chile*, 1972, p.100.

Conforme Molina (1972) as flutuações do IPC em 1965 e 1966 são as que mais se aproximam do programa de meta de inflação. Nesses anos, os preços dos produtos importados tiveram um menor incremento; ao mesmo tempo, aumentou a produtividade do setor

industrial, com a utilização plena da capacidade produtiva. Por outro lado, a taxa de câmbio real experimentou os menores aumentos em 1965 e 1966, situação que se alterou em 1967.

2.4 Conclusão

Percebe-se que a história chilena foi marcada primeiramente por constantes conflitos entre espanhóis e indígenas. Também é válido salientar que o processo de colonização ocorreu de forma diferente, se o mesmo for comparado com os outros países da América Latina. Devido ao difícil acesso e a escassez de metais preciosos, originou-se um cidadão voltado para o crescimento e o desenvolvimento da colônia.

Diante disso, pode-se afirmar que ao longo dos séculos XVIII e XIX a economia chilena desenvolveu mais a agricultura visando o mercado externo. Logo após se caracterizou como um dos maiores produtores e exportadores do cobre, chegando a representar, até a década de 1950, 70% de sua pauta de exportação.

Por sua vez, a economia do Chile até a grande depressão de 1930 foi marcada por políticas econômicas liberais, passando mais tarde à prática de políticas intervencionistas. Isso decorreu tanto como consequência das mudanças internas do país, como, principalmente em razão das profundas transformações que estavam ocorrendo na economia mundial desde a Grande Depressão de 1930, passando pela Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, decorrente da dicotomia capitalismo *versus* comunismo.

O processo de industrialização por substituição de importações, desenvolvido com sucesso na primeira fase (etapa fácil da substituição, até início dos anos de 1960), conforme Balassa (1986) foi marcado por grande expansão econômica, com a implantação da indústria tradicional nos principais países da América Latina e, de certa forma, no próprio Chile. Já na segunda fase, a partir de 1965, houve estrangulamento do modelo em todo o mundo, caracterizado por fortes crises sociais, sobretudo da classe média. Em muitos países da América Latina houve golpe militar no início dessa segunda fase. No Chile, o golpe militar ocorreu em 1973.

Sendo assim, será abordado no capítulo seguinte os efeitos econômicos e sociais desse acontecimento.

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CHILENA APÓS 1973

Neste capítulo, aborda-se a evolução da economia chilena após 1973. Esse ano foi marcado pelo golpe militar de 11 de setembro, quando o General Augusto Pinochet assumiu o poder.

Este capítulo está subdividido em três seções correspondentes a três períodos. A primeira abrange o período de 1973 a 1989, em que Pinochet permaneceu no poder. A segunda engloba os anos de 1990, em que houve o aprofundamento das reformas econômicas em um regime democrático. Finalmente, a terceira seção enfoca o período pós ano 2000, em que ocorreram baixas taxas de crescimento econômico, com redução das desigualdades econômicas.

3.1 O período Pinochet (1973 /1989)

O Chile passou por um processo político muito agitado que o levou a um alto grau de polarização. O País viveu três revoluções em menos de uma geração. Desde meados de década de sessenta, a orientação política central foi a “revolução em liberdade”; no início dos setenta, buscou-se estabelecer “uma revolução socialista com sabor de empanadas e vinho tinto”; e, em meados dos setenta, estabeleceu-se uma “contra-revolução capitalista”. Cada um destes processos significou mudanças profundas na estrutura social, econômica, política e cultural do País. Não obstante, nenhum dos processos de mudança mencionados contava com o consenso majoritário e não se construíram alianças estáveis baseadas nos interesses da maioria. A institucionalidade não resistiu ao nível de tensão gerado. A classe política não estabeleceu os espaços, nem os mecanismos de resolução de conflitos, nem os acordos necessários para conduzir o processo em um contexto constitucional.

3.1.1 As reformas estruturais do governo Pinochet

Em setembro de 1973 o então presidente democrático eleito em 1970, Salvador Allende, sofreu um golpe de estado e o general Augusto Pinochet assumiu o governo, instaurando a ditadura. Este período foi caracterizado, principalmente, pela realização de reformas institucionais de cunho neoliberal.

A partir do golpe militar ocorrido em 11 de setembro de 1973, a política econômica do governo socialista de Allende é abandonada. A nova política econômica implementada dá destaque à abertura da economia chilena aos capitais externos. Isto foi fundamental e sentou as bases do crescimento econômico com estabilidade, observado na economia do Chile na segunda metade dos anos 80 e na década dos 90. O país cresceu puxado pela expansão do setor externo, e pelo desenvolvimento de mecanismos internos de poupança, como os fundos de pensões. (RONDINEL, SONAGLIO & PEDROSO, 2006, p. 1)

A literatura econômica reforça a idéia de que no governo de Pinochet a equipe econômica foi composta por economistas de formação acadêmica liberal, especificamente oriunda da Universidade de Chicago (USA). Os mesmos vieram com o propósito de revolucionar a economia chilena, até então caracterizada pela aplicação de políticas intervencionistas, ou seja, de idéias sugeridas na CEPAL (ISI).

Pinochet, em seu governo, teve comportamentos contraditórios. De um lado, a economia crescia e se abria para o mercado externo; por outro, a sociedade era reprimida bruscamente, com a perda de liberdade de expressão e repressão aos órgãos sindicais. É importante salientar que no seu governo foi caracterizado por princípios centrais marcantes.

Es importante subrayar desde el comienzo que, aunque la estrategia que subyace la política económica a lo largo del gobierno del Presidente Pinochet, - septiembre de 1973 hasta marzo de 1990 – siempre reflejó ciertos principios centrales, tales como la libertad de precios, el derecho de propiedad, la apertura al comercio exterior y un Estado subsidiario y presupuestariamente responsable, hubo dos rondas de lo que se puede llamar políticas de ajuste estructural. El primer episodio comenzó con la caída del gobierno de la UP y terminó con la recesión internacional de los años ochenta; El segundo comenzó a principios de 1985 y continuó hasta el cambio del gobierno en marzo de 1990. (WISECARVER, 1992, p.27)

No que tange à estabilização, a década de 1970 foi marcada inicialmente pela

crescente taxa inflacionária, juntamente com a situação de desequilíbrio macroeconômico, que restringia o crescimento do crédito interno. Outro entrave foi também a recessão da economia internacional, no caso a crise do petróleo, que influenciou drasticamente também a economia interna. Sendo assim, houve a necessidade de implantar medidas de ajustes fiscais, mais precisamente restrição dos gastos públicos.

Segundo Ffrench-Davis (2002), nesse período o Chile experimentou grandes transformações institucionais. As principais reformas levadas a cabo pelo governo após o golpe militar de 11 de setembro de 1973 foram: eliminação dos controles de preços; abertura indiscriminada das importações; liberalização do mercado financeiro, tanto em termos de acesso de novas instituições como das taxas de juros e da designação do crédito, seguida no fim da década de uma ampla liberação dos fluxos internacionais de capitais; redução do tamanho do setor público e restrições nas ações das empresas do setor; devolução aos antigos proprietários de empresas e terras expropriadas; privatização de empresas públicas tradicionais; supressão da maioria dos direitos sindicais existentes no início do regime; e uma reforma tributária que, junto com a eliminação de algumas distorções (como exemplo, os efeitos de cascata dos impostos sobre vendas, ao serem substituídos pelo imposto de valor agregado – IVA), reduziu fortemente a participação dos tributos diretos e de maior progressividade.

Uma das medidas adotadas pelo governo militar foi a liberalização dos preços, visto que até então o Chile possuía a característica histórica de manipulação dos preços, mais precisamente, durante o governo da Unidade Popular, com Allende no poder.

Simultáneamente con el ordenamiento del régimen cambiario, una primera prioridad fue la eliminación de la gran mayoría de los controles de precios, probablemente no tanto como repuesta a una convicción fundada de restaurar el mecanismo de mercado, sino más bien como la ruta más directa y efectiva para eliminar el símbolo del desorden de la UP, cual era la existencia de las colas y los mercados negros. Así, después de tan solo un mes de gobierno, se publicó el Decreto Ley 522, del 15 de octubre de 1973, que fijó la estructura de la nueva política de precios. Sólo unos 33 precios seguirían fijándose, mientras unos 18 serían informados, es decir, estos precios tenían el carácter de libres, siempre cuando lo informado no fuera rechazado por DIRINCO¹³. (WISECARVER, 1992, p. 28)

Então, na década de 1970 o Chile passou por diversas reformas, tanto comerciais

¹³ Direção de indústria e comércio do Ministério da Economia

quanto financeiras, que possibilitaram ao país passar de uma economia fechada para uma economia aberta, voltada para o setor externo.

Tabela 6 - Chile: Alíquota de importação média e índice do câmbio real, 1973/2001

Ano	Alíquota de importação média (%)	Índice do câmbio real (1986=100)
1973	94,0	65,1
1974 – 1979	35,3	73,2
1980 – 1982	10,1	57,6
1983 – 1985	22,7	79,1
1986 – 1989	17,6	106,6
1990 – 1995	12,0	99,5
1996 – 1998	11,0	80,3
1999 – 2001	9,0	88,4

Elaboração própria. Fonte: Banco Central de Chile *apud* Ffrench-Davis, 2002, p.145. In: MUSSA, L. *Um estudo sobre as reformas chilenas a partir das reformas liberalizantes dos anos de 1970*. São Paulo: PUC, 2006, p. 27.

Conforme a Tabela 6 pode-se observar que durante o período de 1973/2001 houve uma diminuição drástica da alíquota de importação média. Em 1973, essa taxa era de 94%, já em 1974 a 1979 caiu para 35,3 %, havendo uma redução de 58,7%. Ao longo dos anos seguintes o percentual foi caindo, chegando a 9% em 2001. Essa diminuição representou um incentivo, principalmente, a indústria local, porque possibilitou sua modernização com aumento das exportações, pois *“ese efecto era necesario para modernizar y adaptar al sector a las exigências de una economia más abierta y más ligada al aprovechamiento de las ventajas comparativas (estáticas y dinámicas)”* (FRESNAYE, 1992, p. 293).

A década de 1980 representou para a maioria dos países da América Latina um alto endividamento, com baixo crescimento econômico, causando, por sua vez, um decréscimo na economia, mais conhecido, precisamente como *“la década perdida”*. Contudo, as reformas realizadas no início do governo Pinochet deram sustentação à economia chilena, fazendo com que o país não sofresse fortes crises de instabilidade, como ocorreu nos países da região.

En efecto, los años ochenta han llegado a llamarse *“la década perdida”*, para (y por) el conjunto de países de América Latina, y con bastante razón. De acuerdo con cifras de la CEPAL, en 1989 toda la región generó un producto interno bruto que, en términos per capita, fue un 8% menor a lo que produjo en 1980. En la década, solo Colombia, Chile y Paraguay, entre 18 países de la región, no sufrieron retrocesos, al exhibir un crecimiento (promedio) anual per capita de apenas un 1,3%, 0,9% y 0,0%, respectivamente. (WISECARVER, 1992, p. 11)

Carlos Cáceres, em 1983, como Ministro da Fazenda, ajudou a acalmar o ambiente, marcado por crises interna e externa. Em sua passagem pelo governo negociou junto ao FMI e Banco Mundial acordos que favoreceram a economia chilena de maneira a recuperar a credibilidade e, ao mesmo tempo, modernizar a economia.

Já entre os anos 1985 e 1990 a política de ajuste estrutural voltou-se à privatização das empresas públicas “tradicionais”. Os recursos arrecadados com a conversão dos títulos da dívida externa em capital interno deram maior sustentabilidade à economia.

Segundo o Wisecarver (1992), outra política de ajuste estrutural ocorrida nesse período foi a criação do “Fundo de Estabilização do Cobre” por meio do qual o governo assinou um convênio com o Banco Mundial. Com esse acordo, o governo ficou obrigado a depositar todo o excesso de divisas de exportações de cobre provenientes de aumentos dos preços mundiais que excedessem a um nível de preço predeterminado anualmente.

3.1.2 Desempenho da economia chilena no período Pinochet

Com o golpe militar ocorrido em 1973, houve a reestruturação da economia; a pauta de exportação sofreu uma dinamização e outros setores passaram a fazer parte da pauta de exportação.

Assim, pode-se dizer que a história econômica do Chile apresenta-se marcadamente em seu início pela exportação significativa de cobre, que ao longo da sua história até o ano de 1973 representava 76% da pauta de exportações, e os outros setores detinham o restante.

Houve significativa diversificação nos últimos anos. Em 1968-1973 a mineração (cobre, ferro, salitre, iodo, prata, ferromolibdeno) respondia por aproximadamente 87% do valor das exportações, sendo 77% do cobre, e nenhum outro setor tinha mais que 5%. Pouco depois da crise dos anos 80, essa situação já havia se modificado. (GLAUSER, apud MUSSA, 2006, p. 223)

De acordo com o mesmo autor entre os anos 1984-1986, cinco setores se destacavam com uma participação de mais de 5% do valor conjunto das exportações de bens e serviços não financeiros, como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 7 - Setores que geravam mais de 5% na pauta de exportação chilena, 1984/1986

Produtos	% de Participação	Composição
Do mar	10,2	Pescados, mariscos e algas; suas conservas; farinha e azeite de pescado.
Frutas	8,8	Frutas frescas, secas e em conservas; seus sucos e preparados; e vinho.
Florestas	7,9	Madeiras; moveis e outras manufaturas de madeira; celulose, papéis, cartões e impressos; e outros produtos silvícolas.
Outros serviços	6,9	Inclui comissões pagas por empresas estrangeiras a casas comerciais e outros agentes econômicos chilenos; processamento e manutenção de bens; correios e telecomunicações; transporte e seguros; aluguel de imóveis; e os serviços de informática, pesquisa, consultoria, administrativos, culturais, esportivos, etc.
Transporte internacional de bens	5,6	Fretes, seguros e serviços marítimos, portuários, de aeroportos, de locação de veículos e outros.
Demais setores	60,6	Mineração (inclusive cobre), agropecuária e indústria.
Total	100,0	-

Elaboração própria. Fonte: MUSSA, 2006, p. 223-24.

Na tabela 8 pode-se visualizar que o setor de mineração no período de 1960 a 1973 teve elevada participação no total exportado, variando entre 81,2 % em 1964 a 89,8% em 1973. Após o ano de 1974 houve um declínio gradual na sua representatividade na pauta de exportação, começando a aparecer outros setores, como agropecuária e pesca, assim como a indústria. Em suma, a reestruturação econômica permitiu que outros setores aumentassem sua participação no total das exportações, que passaram a não depender unicamente do cobre.

No ano de 1973, a agropecuária e pesca representava somente 1,9% do total exportado; já em 1986 e 1987 passaram a representar 16,3% e, 15,3%, respectivamente. A indústria, igualmente, obteve avanços significativos nas exportações, passando a representar 8,3% do total em 1973 e a 34,9% em 1987, sendo o pico em 1980 (37,2%). Toda essa dinamização das exportações somente veio a ratificar a consolidação positiva das reformas realizadas no governo Pinochet.

Tabela 8 - Participação das exportações setoriais no total exportado, 1960/1987
(Preço FOB, %)

Ano	Mineração	Agropecuária e pesca	Indústria
1960	86,6	5,1	8,3
1961	84,4	5,9	9,7
1962	87,2	5,4	7,4
1963	87,1	5,3	7,6
1964	81,2	4,5	14,3
1965	81,6	3,3	15,1
1966	84,1	2,5	13,4
1967	87,6	2,7	9,7
1968	87,2	2,8	10,0
1969	88,7	2,3	9,0
1970	85,8	3,0	11,2
1971	81,9	3,9	14,2
1972	85,2	2,5	12,3
1973	89,8	1,9	8,3
1974	82,8	2,7	14,5
1975	67,6	5,3	27,1
1976	67,0	5,3	27,7
1977	61,7	7,3	31,0
1978	58,0	8,3	33,7
1979	56,2	6,9	36,9
1980	55,6	7,2	37,2
1981	56,8	9,5	33,7
1982	57,3	10,1	32,6
1983	61,0	8,6	30,4
1984	53,8	11,7	34,5
1985	55,8	13,5	30,7
1986	49,9	16,3	33,8
1987	49,8	15,3	34,9

Elaboração própria. Fonte: Banco Central de Chile apud. OSSA, F. In: *El Modelo Económico chileno*, 1992, p. 388

Pode-se dizer também que a política monetária sofreu modificações profundas, que permitiram avanços significativos no desempenho da economia. Ressalta-se, assim, a privatização de bancos, a livre flutuação das taxas de juros (sem teto máximo), a diminuição das taxas de encaixe bancário e a liberalização do crédito:

Em 1978 houve uma mudança no programa de estabilização e a taxa de câmbio tornou-se a principal âncora antiinflacionária. A taxa de desvalorização foi anunciada para um ano; já em 1979 a taxa foi fixada ao dólar norte-americano. Como consequência, entre 1978 e 1982, o câmbio sofreu uma considerável valorização. (MUSSA, 2006 apud EDWARDS e LEDERMAN, 1998)

3.1.3 Indicadores econômicos e sociais do período Pinochet

3.1.3.1 Indicadores econômicos do período Pinochet

No Chile, após o golpe militar do dia 11 de setembro de 1973, a política econômica do governo socialista de Salvador Allende foi abandonada. A nova política levada a cabo deu ênfase à abertura da economia chilena aos capitais externos. Isto foi fundamental e assentou as bases do crescimento econômico com estabilidade, comprovado na economia chilena na segunda metade dos anos 1980 e na década de 1990. O crescimento econômico foi alavancado através da expansão do setor externo, e pelo desenvolvimento de mecanismos internos de poupança, como os fundos de pensão, de acordo com Rondinel (2006).

O autor ainda acrescenta que, no ano de 1985, o então Ministro das Finanças, Hermám Buchi, assumiu o controle da política econômica chilena. Este implementou um programa de ajuste estrutural deslocando o pólo dinâmico da economia ao setor exportador, buscando a recuperação do crescimento e a estabilização dos preços, num contexto de acesso restrito ao mercado internacional de capitais.

O instrumento-chave do programa de ajuste implementado no Chile foi a desvalorização cambial, voltada à promoção das exportações. A taxa de câmbio fixada pelo Banco Central variava a cada mês, de acordo com o diferencial entre a inflação interna e externa, ou seja, seguindo o critério paridade de poder de compra (*Parity Purchase Power*).¹⁴ (RONDINEL e *et al.*, 2006).

A partir de 1986, a economia chilena teve uma recuperação forte e sustentável da atividade e do produto interno. Entre 1986-87, a recuperação se realizou numa base macroeconômica sustentável. No biênio seguinte a situação se modificou, acelerando-se a expansão da demanda e da atividade econômica.

A partir de 1987 melhoram as condições do setor externo. Com a elevação do preço internacional do cobre, aumentaram os influxos de investimentos no Chile. Por consequência, trazendo efeitos positivos sobre o nível de atividade e do investimento e, também, provocou uma pressão sobre a oferta monetária em direção à valorização cambial.

¹⁴ Conforme este critério a taxa de câmbio de um país deve ser desvalorizada pelo diferencial entre inflação interna e externa. Isto permitiria manter a taxa de câmbio real constante.

Tabela 9 - Valor Investimento Externo Direto, 1980/1989

Ano	IED (Milhões US\$)
1980	213,0
1981	383,0
1982	401,0
1983	135,0
1984	67,0
1985	142,6
1986	313,0
1987	885,0
1988	952,3
1989	1 276,7

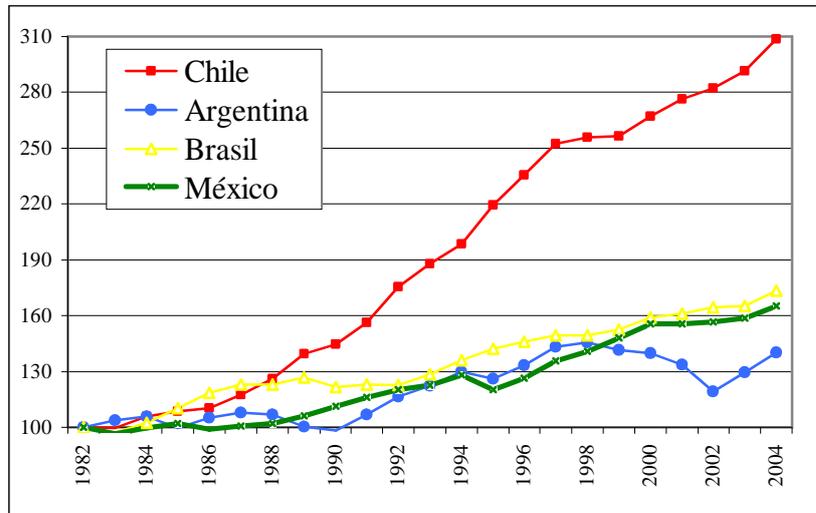
Elaboração própria. Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL, 2005.

Conforme a Tabela 9 verifica-se o efeito das reformas do governo Pinochet sobre os IED, em que houve acréscimos entre os anos de 1980/1982. Entretanto, a crise da dívida externa, que abalou todos os países da América Latina provocou uma diminuição drástica do IED, sendo o mais forte no ano de 1984 que alcançou o valor de 67,0 Milhões de US\$. Com a recuperação da economia a entrada de IED começou a aumentar gradativamente, dando um salto significativo no ano de 1987.

Outro fator relevante que estava acontecendo no cenário mundial era o influxo de capitais externos disponíveis. A seguir, a economia chilena lidaria com problemas totalmente contrários ao dos anos anteriores, nos quais a gestão era a geração de divisas para amortizar a dívida externa. Diante de um novo cenário, os pilares da política econômica interna foram preservados, com a posterior implementação de um conjunto de medidas voltadas à redução da vulnerabilidade externa do país e ao aproveitamento dos efeitos positivos da entrada de capitais de longo prazo (French-Davis, 1996).

Conforme dados do Fundo Monetário Internacional, o Chile no período de 1983-2004 foi o país que mais cresceu comparado, principalmente, com as maiores economias da América Latina. Em pouco mais de 20 anos o Chile cresceu 209%, enquanto que o Brasil cresceu 72%, México 65% e Argentina 40%, conforme Figura 1.

Figura 1 - Crescimento acumulado do PIB dos principais países da América Latina, 1983/2004 (1982=100)



Fonte: Elaboração com dados do International Financial Statistics do FMI.

Até 1987 o Brasil crescia mais do que o Chile; a partir desse ano a curva de crescimento do PIB chileno teve um ascensão persistente com relação às outras economias.

A Argentina cresceu mais do que o México até 1998, sob influência do “*currency board*” do Plano Cavallo. Porém, depois que houve a crise da Ásia e Rússia em 97 e 98, respectivamente, a crise argentina agravou-se, intensificando-se em função do abandono de cambio fixo de 1 peso argentino equivalente a 1 dólar, em 2001.

A fim de obter uma visão mais clara sobre a participação manufatureira no total das exportações chilenas no período do governo Pinochet, a Tabela 10 mostra essa evolução. No ano de 1973 tinha uma participação de 5,0%, porém com as reformas estruturais ocorridas que deram ênfase à liberalização da economia, nota-se que o setor recuperou sua participação, evoluindo a 10,9% em 1978. Já em 1979, ano caracterizado “pelo enfoque monetário do balanço de pagamentos” (CARCANHOLO, 2001, p.4) houve um decréscimo, ocorrendo maior queda no ano de 1983, com 6,6% de participação. Após esse período, o setor reconquistou sua participação, principalmente na década de noventa, que será tratada posteriormente.

Tabela 10 - Participação do setor manufatureiro no total das exportações do Chile, 1970/1989

Anos	Participação %
1970	4,8
1971	6,4
1972	5,7
1973	5,0
1974	4,4
1975	12,5
1976	11,1
1977	11,3
1978	10,9
1979	8,1
1980	11,3
1981	11,3
1982	7,4
1983	6,6
1984	7,2
1985	6,7
1986	8,4
1987	8,7
1988	8,9
1989	10,1

Elaboração própria. Fonte: Anuário Estatístico da CEPAL, 2005

Nesse sentido, Carcanholo afirma.

A quarta fase do programa de estabilização, que se inicia em junho de 1979, pode ser caracterizada pelo enfoque monetário do balanço de pagamentos. Nesse mês, a taxa de câmbio nominal é desvalorizada em 5,7% e depois fixada em 39 pesos por cada dólar. A idéia é a de que, uma vez completada a abertura da economia, a taxa de variação dos preços externos regulará automaticamente a inflação interna e, depois de certo tempo, esta última seria igual a primeira. O resultado desse tipo de política foi à redução da inflação e a manutenção de altas taxas de crescimento. Por outro lado, a convergência da inflação interna com a externa não se verificou, como prognosticava o enfoque monetário do balanço de pagamentos, o que provocou uma forte valorização real do cambio. Isto, em conjunto com a abertura comercial, levou a fortes déficits em transações correntes que, entre 1979 e 1981, tiveram crescimento de 298%! Estes déficits só foram financiados graças a enorme entrada de capital externo, em maior volumem a partir de 1978/79. (CARCANHOLO, 2001, p. 4-5)

A Tabela 11 vem confirmar o que até então esta sendo analisado (reformas estruturais do governo Pinochet). Nota-se que no início do governo a balança comercial agrícola e florestal era deficitária, apresentando uma taxa de -414,1%. No decorrer das reformas houve uma inversão no cenário comercial, sendo que em 1979 apresentava superávit comercial de 137,1% até a crise da dívida no início dos 1980, provocando uma queda acentuada.

Tabela 11. Balança comercial agrícola e florestal, 1974/1981(US\$ milhões)

ANO	Exportações	Importações	Saldo
1974	188,9	603,0	- 414,1
1975	265,9	510,2	- 244,3
1976	311,0	427,8	- 116,8
1977	410,1	434,6	- 24,5
1978	491,2	498,4	- 7,2
1979	716,4	579,3	137,1
1980	974,1	787,7	186,4
1981	798,1	766,0	32,1

Elaboração própria. Fonte: ODEPA apud em MUJICA, R. In: *El Modelo Económico chileno*, 1992, p. 345

Tabela 12 – Taxa média anual de crescimento do PIB real do Chile, 1950/2003 (%)

Períodos	Taxa média anual de crescimento	Períodos	Taxa média anual de crescimento
1950	-	1973	-5,2
1951	5,1	1974	1,7
1952	3,7	1975	-12,4
1953	7,1	1976	3,6
1954	0,4	1977	8,9
1955	2,9	1978	7,7
1956	0,2	1979	7,8
1957	2,8	1980	7,4
1958	4,8	1981	5,8
1959	7,5	1982	-12,6
1960	4,9	1983	-2,4
1961	4,2	1984	5,7
1962	5,5	1985	2,1
1963	5,7	1986	5,4
1964	2,7	1987	6,1
1965	1,1	1988	7,0
1966	9,6	1989	9,7
1967	3,5	1990	3,3
1968	3,7	1991	7,3
1969	3,3	1992	10,8
1970	2,0	1993	6,9
1971	8,8	1994	5,0
1972	-1,1	1995	9,0
1955/60	3,9	1996	6,9
1960/65	4,0	1997	6,7
1965/70	3,9	1998	3,3
1970/75	-1,0	1999	-0,5
1975/80	3,9	2000	4,2
1980/85	1,0	2001	3,2
1985/90	5,6	2002	2,1
1990/95	7,0	2003	3,2
1995/00	4,9	-	-
2000/03	3,2	-	-
1973/89	2,7	(Período Pinochet)	
1990/03	4,8	(Aprofundamento das reformas)	

Elaboração própria. Fonte: Cuadernos ESTATÍSTICOS de la CEPAL, n. 32

A Tabela 12 mostra que a economia chilena cresceu apenas 2,7% no período Pinochet (1973/1989). Isso se deve ao crescimento negativo em alguns anos, principalmente em 1975 (-12,4%) devido à crise do petróleo e em 1982 (-12,6%) em função da crise da dívida externa. A recessão continuou em 1983, com a economia caindo 2,4%. Em 1973, o crescimento também negativo pela herança do governo anterior, Salvador Allende, quando houve muitas perturbações sociais.

Contudo, nos quatro últimos anos de seu governo a economia cresceu a altas taxas, começando com 5,4% em 1986, aumentando gradativamente ano a ano até chegar a 9,7% em 1989. Nos anos seguintes, no primeiro ano da redemocratização a economia cresceu mais lentamente (3,3%), para atingir 10,8% em 1992.

3.1.3.2 Indicadores Sociais do período Pinochet

Neste tópico analisar-se-á a evolução dos indicadores sociais durante o governo Pinochet. Os fatores que serão levados em conta são: comportamento da renda *per capita*, saúde, nível de alfabetização e moradia.

Tabela 13 - Indicadores macroeconômicos e sociais do Chile (1973/1982) (%)

Indicador	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Inflação	605,9	369,2	343,2	197,9	84,2	37,2	38	31,2	9,9	20,7
Crescimento econômico ¹	-5,6	1,0	-12,9	3,5	9,9	8,2	8,3	7,8	5,5	-14,1
Investimento ¹	14,3	25,8	14	13,6	14,4	16,5	19,6	23,9	27,6	11,1
Taxa de desemprego ²	-	9,2	16,4	19,9	18,6	17,9	17,7	17,3	15,6	26,1
Capacidade produtiva utilizada ³	93,3	97,3	79,9	81,4	86,8	90,4	94,9	97,6	99	82,6
Formação bruta de capital fixo ¹	14,7	17,4	15,4	12,7	13,3	14,5	15,6	17,6	19,5	15,0
Déficit primário ¹	24,6	10,5	2,6	2,3	1,9	0,9	-1,7	-0,6	-3,0	-2,3
Gasto social per capita ⁴	-	110,1	82,5	80,1	89	86,6	87,5	77,9	72,9	87,9
Índice de Gini	-	0,468	0,484	0,543	0,534	0,524	0,526	0,522	0,531	0,534

Fonte: CARCANHOLO, M. D., 2001, p.2. Notas: 1- em % do PIB; 2- incluindo os programas emergenciais de emprego (PEM e POJH); 3-em % da produção potencial; 4- 1970 = 100.

As reformas estruturais no campo econômico tiveram efeitos positivos, porém no campo social num primeiro momento ocasionaram o aumento do desemprego como se verifica na Tabela 13, agravando-se ainda mais com a crise da dívida de 1982, atingindo o patamar de 26,1%. Quanto ao gasto social per capita, no primeiro ano do governo Pinochet

houve um aumento de 110.1%, que depois foi decrescendo gradativamente, em função das privatizações, entre outras reformas, chegando a 72,9% em 1981.

Para que houvesse mudanças na área da saúde foi necessário dar prioridade às necessidades básicas da população, a fim de realizarem-se prevenções e assim diminuir os riscos nessa área. Ocorreu uma descentralização dos serviços públicos, passando os mesmos para a responsabilidade da iniciativa privada. Além disso, “*se desvinculó las prestaciones de salud de su financiamiento, a través de la creación del Fondo Nacional de Salud – FONASA y se abrió la posibilidad de seguros privados a través de las Instituciones de Salud ISAPRES*” (ROZAS, 1992, p. 203).

Ainda em relação à saúde, Rozas afirma.

No se puede desconocer que las mejoras que se observan en los indicadores de salud estan ligados a otros programas sociales; es así como el Programa de Alimentación Escolar está ligado a la asistencia de los niños a la escuela o jardines infantiles, la entrega de leche a la madre embarazada y niños está ligada al control de niño sano, etc. (ROZAS, 1992, p. 204)

Tabela 14 - Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)

ANOS	Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano)	Taxa de mortalidade infantil (crianças de 1 a 4 anos)
1970	79,3	3,80
1975	55,4	2,16
1976	54,0	2,08
1977	47,5	1,85
1978	38,7	1,61
1979	36,6	1,51
1980	31,8	1,25
1981	27,2	1,16
1982	23,6	1,05
1983	21,9	1,21
1984	19,6	1,03
1985	19,5	0,87
1986	19,1	0,88
1987	18,7	0,82

Fonte: ROZAS, M. In: *El Modelo Económico chileno*, 1992, p. 205.

Para explicar melhor como a saúde obteve mudanças positivas, ao longo do período, destaca-se a Tabela 14 onde se constata que o Chile conseguiu diminuir drasticamente a

mortalidade infantil com menores de 1 ano de 79,3 por mil, em 1970, para 18,7 por mil em 1987; ou seja, houve uma diminuição de 60,6 por mil. O mesmo ocorreu com a taxa de mortalidade infantil de 1 a 4 anos diminuindo de 3,80 por mil, em 1970 para 0,82 por mil no ano de 1987. Segundo Rozas (1992) as medidas adotadas pelo governo fizeram com que diminuíssem a incidência de mortalidade, principalmente, causadas por diarreia e pneumonia, que eram doenças tradicionais na época das mortes infantis.

Conforme Rozas, no campo educacional, apesar da década de 1960 ter apresentado incrementos na educação básica, o Censo de 1970, mostrou que somente cerca de 30% da população da extrema pobreza possuía nível educacional básico completo; sendo que 6% destes tinham mais de 3 anos de educação básica média e 40% das crianças extremamente pobres não freqüentavam a escola.

Entre las reformas del gobierno del presidente A. Pinochet en este sector está el tratar de reorientar recursos hacia la educación prebásica, básica y media, la introducción de un sistema de subvención por niño atendido, en vez de subvención histórica por establecimiento, lo que permitió el desarrollo de la gestión privada en la educación primaria. Otra reforma importante fue el traspaso gradual de la administración de la educación básica, media y técnico profesional a las municipalidades o Corporaciones Municipales cosa que se concreta a partir de 1986, reservándose el Estado, a través del Ministerio de Educación, la labor de definición, supervisión y control de las políticas educacionales. Este proceso de descentralización ha permitido la competencia entre los establecimientos, y por ende incentivos para mejorar la calidad de la educación para tratar de captar un mayor número de niños con subvención. Además, este sistema de educación descentralizado a través de escuelas municipalizadas permite una mayor participación de la comunidad en el proceso educacional. (ROZAS, 1992, p. 196-97)

Em relação à moradia, Wisecarver destacou que.

En el área de la vivienda, el gobierno dejó de lado su participación como constructor directo y concentró sus esfuerzos en el financiamiento de la vivienda popular, por medio de una serie de programas de subsidios. En el pasado, los subsidios eran percibidos mayormente ex post, como consecuencia de créditos hipotecarios no reajustables de acuerdo a la inflación y, por lo tanto, las habitaciones más caras con hipotecas mayores generaban mayores subsidios. Este sistema regresivo fue reemplazado por uno consistente en la entrega de un subsidio, cuyo valor variaba entre el 5% y el 90% del valor de la vivienda, para ayudar a las familias en sus esfuerzos por financiar su casa propia. El monto del subsidio dependía, entre otros factores, del tamaño de la familia, su nivel de ingresos, el ahorro acumulado y el valor de la vivienda. Como resultado del sistema, casi el 50% de los beneficiarios podía escoger su propia vivienda subvencionada en el mercado privado. (WISECARVER, 1992, p. 27)

No fim do governo Pinochet, assim como ao longo da história do Chile, as reformas econômicas implementadas visavam a melhoria dos preços dos produtos da pauta de exportação, principalmente, o cobre. Apesar dessas reformas não estarem consolidadas, as mesmas serviram como impulso de inovação e modernização do setor produtivo, o qual foi a base para as reformas a serem elaboradas nos governos seguintes.

3.2 O período do aprofundamento das reformas econômicas dos anos 1990

A década de 1990 foi marcada pela administração dos governos de Patricio Aylwin (1990-1993) e Eduardo Frei (1994-1999). Ambos se destacam pelo fato de terem sido eleitos democraticamente, ocasionando a volta da redemocratização chilena, após 17 de ditadura militar.

Ambos dieron forma a uno de los períodos de mayor prosperidad de la historia económica de Chile, con una tasa de crecimiento promedio anual de 7,0% que se sostuvo entre 1989 y 1998, marcando un claro quiebre en la tendencia histórica de expansión del PIB, asociado a una alta formación de capital, y un ambiente de estabilidad generalizado hasta 1998. (FFRENCH-DAVIS, 2002, p. 37)

Nesse sentido, a partir de 1990 deu-se continuidade ao processo de privatização e às políticas para atração de capital privado externo para a operação e instalação de obras de infra-estrutura. O que se observa, é que o influxo de capitais externos influenciou positivamente o nível de investimento da economia chilena, destacando-se, conforme a CEPAL (2001) aspectos como:

a) realização de investimentos diretos, principalmente nos setores produtores de bens exportáveis;

b) relaxamento da restrição do balanço de pagamentos, que permitiu uma normalização da demanda efetiva e um aumento da capacidade do país de importar bens de capital;

c) retorno dos empréstimos externos voluntários a bancos e empresas chilenas a taxas de juros internacionais mais baixas que as vigentes no mercado interno, o que contribuiu para a redução do custo de oportunidade do investimento;

d) valorização cambial, que poderia ter desestimulado os investimentos em bens exportáveis, através da redução do valor das exportações em moeda local, cujo efeito foi, entretanto, compensado pelo barateamento dos bens de capital importados;

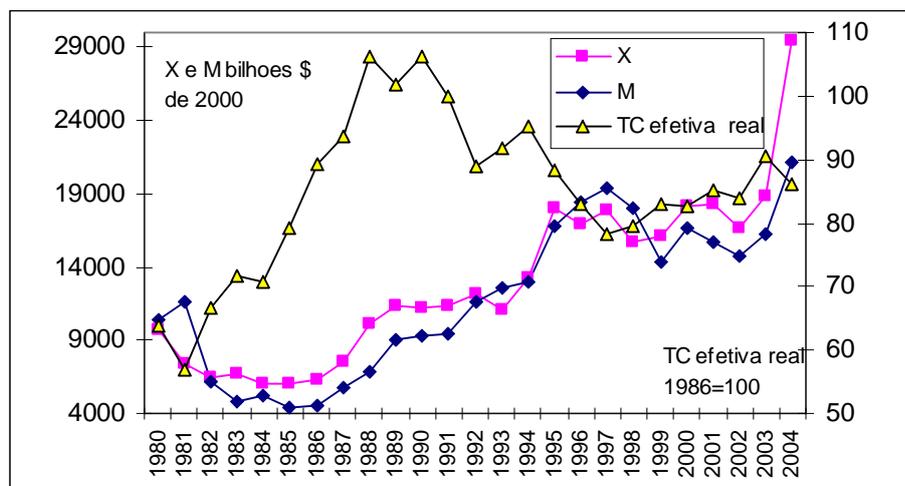
e) efeitos positivos sobre o ambiente macroeconômico dos investimentos externos.

A política macroeconômica no sentido de manter a valorização cambial em um patamar “razoável”, somada à queda no preço dos bens de capital importados em moeda nacional, parece ter sido suficiente para que os investimentos em bens exportáveis não fossem afetados negativamente pela queda da rentabilidade esperada, provocada pela valorização cambial. Pelo contrário, os investimentos em setores produtores de bens exportáveis, principalmente de semi-manufaturas não ligadas ao cobre, continuaram sendo mais dinâmicos no período. Tanto os setores produtores de bens exportáveis como de não exportáveis poderiam se beneficiar da redução no custo de bens de capital, resultante das valorizações cambiais (CARDOSO, *apud* CEPAL, 1983).

Após a redemocratização do país, a partir dos anos 90, os principais indicadores da economia chilena começavam a apresentar resultados positivos relacionados ao crescimento econômico e a redução dos níveis de pobreza, e melhoria na distribuição de renda.

A taxa de câmbio efetiva real até os anos 90 depreciou-se. Entre 1990 e 1997, ocorreu apreciação cambial do peso chileno, em função da entrada significativa de capitais do exterior. Conforme estudos realizados pela CEPAL (2004), no período referido anteriormente o Chile apresentou um déficit em conta corrente de US\$ 14 bilhões, financiado com uma entrada líquida de capitais de US\$ 30 bilhões (14 de Investimento Externo Direto - IED, 5 de investimento em carteira e 11 de capitais de curto prazo). Dessa forma o país acumulou um superávit no balanço de pagamentos de US\$ 16 bilhões que provocou apreciação cambial do peso chileno. Devido aos ganhos de competitividade, as exportações continuaram seu ritmo de expansão, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Taxa de câmbio efetiva real, exportações e importações de bens e serviços do Chile, 1980/2004



Elaboração a partir dados do Banco Central do Chile. Fonte: RONDINEL, SONAGLIO & PEDROSO, 2006, p. 45

No período da crise da Ásia em 1997, na Rússia em 1998, no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001 a economia chilena registrou crescimento médio de 6,9% ao ano.

As políticas de ajuste macroeconômico de 1998-99 deram os resultados esperados, se destacando a diminuição da inflação após 11 meses de recessão, a economia chilena voltou a crescer, diferente do que aconteceu com as outras economias latino-americanas.

3.2.1 O governo de Patricio Aylwin (1990/1993)

O Governo de Patricio Aylwin concentrou seus esforços em estabilizar a economia e democratizar as estruturas políticas. Entre as reformas propostas estavam:

- a) incrementar à taxa de inversão;
- b) aplicar manejo macroeconômico que obtivessem equilíbrios sustentáveis;
- c) reduzir a vulnerabilidade contra choques externos;
- d) elaborar reformas sociais mais urgentes, permitindo que a maioria da população se beneficiasse do processo de modernização econômica.

Nesse governo o Chile começa a escrever sua história visando a democracia, baseada no diálogo e na construção de acordos que viabilizem a estabilidade e governabilidade para a realização de um governo eficiente.

O governo de Patricio Aylwin normalizou o país. Reconstituiu na sociedade os vínculos que possibilitam uma maior participação cidadã nas decisões. Manteve os delineamentos centrais do desenvolvimento econômico, gerando, simultaneamente, uma perspectiva de equidade. A democracia com equidade se transformou num eixo ordenador. As relações civil-militares, neste período, não foram fáceis. Sem embargo, desenvolveram-se por meio de canais institucionais, além das tensões em situações específicas. (ARAVENA, 1997, p. 60)

3.2.2 O governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994/1999)

Eduardo Frei Ruiz-Tagle inicia seu governo em 1994, obtendo a maioria de aceitação popular nas eleições presidenciais, alcançando o índice de 58% dos votos válidos, conforme Aravena (1997). Sua administração, entre outras medidas, propunha modernizar o país, possibilitando um salto qualitativo no desenvolvimento.

O novo perfil internacional do País está caracterizado, a meu ver, por três ênfases: a democracia, a modernização e o pluralismo. A reafirmação dos valores democráticos possui várias vertentes, destacando-se em primeiro lugar, a significação do valor dos direitos humanos, a que se soma a propensão a gerar um modelo de desenvolvimento que busca a equidade e a participação. A modernização busca adequar a gestão estatal para aumentar sua eficiência e dar maior capacidade de governabilidade ao País. A modernização possibilita o desenvolvimento tecnológico e as oportunidades para a competição global. (ARAVENA, 1997, p. 64)

Dessa forma, para atingir tais objetivos propôs uma série de reformas constitucionais. São elas:

- a) desenvolvimento de uma política econômica internacional, possibilitando continuidade a abertura econômica, servindo de apoio ao crescimento e a soberania nacional;
- b) fortalecimento da democracia e o impulso a integração e cooperação regional na América Latina;
- c) contribuição para a criação de uma ordem internacional segura e estável.

3.2.3 Indicadores econômicos e sociais dos anos de 1990

No fim da década de 1990, o Chile aprimorou as reformas realizadas na década anterior e início desta, intensificando as privatizações de forma mais transparente, licitações abertas e competitivas, preços justos que resguardam o patrimônio do Estado. Além disso, houve a criação de uma instituição reguladora adequada e moderna. Esses acontecimentos foram os principais responsáveis para melhoria dos indicadores econômicos.

Em relação aos indicadores econômicos, no fim da década de 90, o Chile aprimorou as reformas realizadas na década anterior e início desta, intensificando as privatizações. Essas foram realizadas sob um novo estilo, mais transparente, licitações abertas e competitivas, preços justos que resguardavam o patrimônio do Estado e criação de uma instituição reguladora adequada e moderna.

Nos primeiros anos da década de 1990, a economia mundial se destacou pela consolidação dos blocos regionais, especificamente na América Latina com MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), grupo formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em um primeiro momento. Atualmente fazem parte do bloco a Bolívia e a Venezuela, sendo o Chile parceiro comercial. O Chile, ainda é membro da APEC (Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) e, é parceiro comercial do bloco do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), formado pelos Estados Unidos, Canadá e México, possuindo alguns acordos econômicos com a U.E (União Européia).

Para a economia chilena a parceria com esses blocos sempre foi vista de forma positiva, pois era melhor ser parceiro do bloco do que fazer parte do mesmo. Assim, o Chile poderia exercer maior liberdade de ação.

Conforme Aninat (2000), as medidas de política fiscal adaptada durante a crise asiática foram totalmente financiadas pelo governo como também foram desenhadas num enfoque conjuntural adequado, como no caso do plano especial de emprego proposto em 1999 e, implementado através dos municípios.

O autor ainda afirma que apesar de o Chile ter enfrentado uma crise externa mais ampla do previsto, o Governo não precisou recorrer ao endividamento externo como também não precisou reduzir o gasto social como se fez na década de oitenta.

No âmbito social, cabe destacar que as medidas estruturais desenvolvidas pelo Estado

incluíam um programa especial de investimento público com uso intensivo de mão-de-obra, investimentos fiscais regionais, reprogramação parcial da dívida das pequenas e médias empresas, assim como a criação de um seguro de crédito incentivo das exportações não tradicionais.

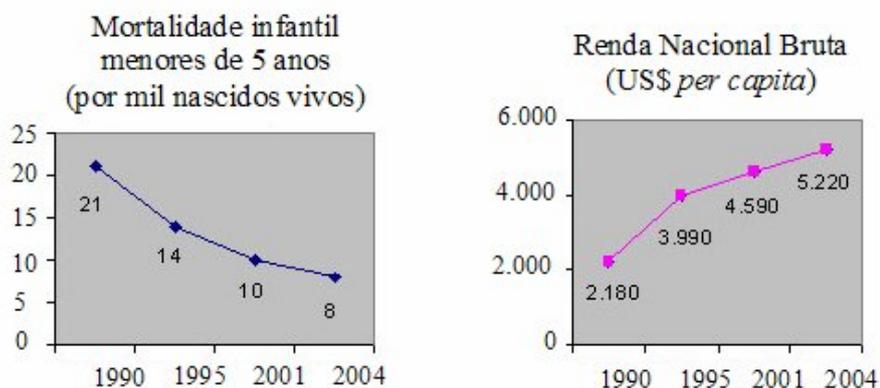
[...] durante la década de los noventa se produjo un círculo virtuoso: la responsabilidad fiscal contribuyó al buen desempeño macroeconómico, el cual creó condiciones favorables al crecimiento económico, que se tradujo en la fuente principal de recursos para financiar la política social. (ARELLANO, 2004, p. 8)

3.3 Desenvolvimento chileno entre 2000 e 2006

Conforme dados do Banco Mundial (2006), a melhoria dos indicadores sociais do Chile tem sido notável. Desde 1990, o nível de pobreza foi reduzido pela metade, até cerca de 18% em 2003, baixando ainda mais em 2005 e 2006. O Chile tem o segundo índice mais baixo da América Latina e Caribe, somente abaixo do Uruguai. Os indicadores sociais, como matrícula no ensino básico, alfabetização juvenil, mortalidade infantil e expectativa de vida têm melhorado, assemelhando-se os índices a de países desenvolvidos. O Chile é o único país da região que tem alcançado todos os objetivos de desenvolvimento do milênio: no ano 2000, os índices de pobreza extrema e indigência já tinham diminuído a menos da metade do nível de 1990.

Conforme a Figura 3, podemos observar a diminuição da mortalidade infantil no período entre 1990 e 2004, assim como também o aumento da renda per capita no mesmo período, passando de US\$ 2.180 em 1990 para US\$ 5.220 em 2004.

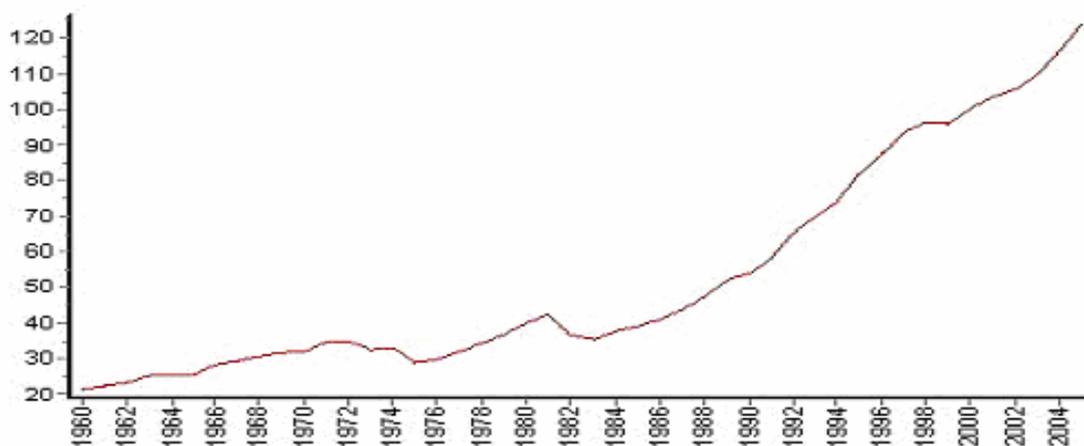
Figura 3 - Evolução da mortalidade infantil e Renda Nacional Bruta entre 1990 e 2004



Fonte: Banco Mundial

Em relação à evolução do PIB, conforme a Figura 4, observa-se que no período 2000/2004 houve uma aceleração da economia chilena devido ao crescimento da economia mundial e da continuidade da política macroeconômica neoliberal, que direcionou a produção principalmente ao mercado externo.

Figura 4 – Evolução do índice de crescimento do PIB, 1960/2004



Fonte: IPEADATA. PIB - Índice (média 2000 = 100)

Assim, conforme a Tabela 15, entre 2000 e 2004 a participação do consumo do setor público ficava quase na mesma margem do setor privado. Entretanto, em 2005 houve uma

diferenciação significativa, em que a participação do gasto privado em relação ao PIB quase duplicou em relação ao setor público. Dessa forma, evidencia-se o comprometimento do setor privado com o crescimento e o desenvolvimento do país.

Tabela 15 – Participação de itens da demanda agregada no PIB, 2000/2005 (%)

Item	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Consumo	3,6	2,9	2,5	4,0	6,1	7,6
Governos	3,0	2,9	3,1	2,4	6,1	4,5
Privado	3,7	2,9	2,4	4,2	6,1	8,2
Investimento interno bruto	14,0	0,8	2,2	7,8	14,3	22,2
Exportações de bens e serviços	5,1	7,2	1,6	6,5	11,8	6,1
Importações de bens e serviços	10,1	4,1	2,3	9,7	18,0	20,4

Elaboração própria. Fonte: Informativo CEPAL, 2006-2007.

Dando continuidade à análise do período 2000/2005, comprova-se, que o mesmo, obteve de acordo com a Tabela 16 um aumento de 1,1 pontos percentuais no investimento interno bruto; a poupança nacional acompanhou esse aumento com maior participação, obtendo 2,9 pontos percentuais. Contudo a poupança externa teve decréscimo chegando em 2005 a -0,6 negativos.

Tabela 16 – Evolução do investimento e da poupança em relação ao PIB (%), 2000/2005

Gastos/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Investimento interno bruto	21,9	22,1	21,7	21,9	21,4	23,0
Poupança nacional	20,7	20,5	20,8	20,6	23,0	23,6
Poupança externa	1,2	1,6	0,9	1,3	-1,7	-0,6

Elaboração própria. Fonte: Informativo CEPAL, 2006-2007.

Por fim, é válido ressaltar a importância dos setores no crescimento anual do PIB, conforme mostra a Tabela 17. Os setores de maior crescimento durante o período de análise foram a construção, que em 2000 detinha um crescimento negativa de -0,7 %, entretanto, em 2005 sua participação no crescimento do PIB foi de 9,8% ; os restaurantes e hotelarias que teve uma participação de 4,4% em 2000, aumentou para 8,5% em 2005, sobretudo, devido ao aumento do turismo no Chile no que concerne a última década. Já os setores que no passado detinham maior participação no crescimento do PIB, como a agricultura e o minério que diminuíram a sua participação relativa.

Tabela 17 – Participação de setores selecionados no crescimento anual do PIB, 2000/2005(%)

Setores	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, agropecuária, casa, silvicultura y pesca	6,6	7,5	6,8	2,6	9,6	3,8
Mineiro	3,2	5,7	-4,2	5,5	7,0	0,2
Indústria manufatureira	4,9	0,6	1,9	3,3	7,2	5,2
Eletricidade, gás e água	9,5	1,5	3,3	4,3	5,2	6,8
Construção	-0,7	4,1	2,5	4,3	4,2	9,8
Comércio por atacado e varejo, Restaurantes e hotéis	4,4	2,6	0,9	4,9	6,7	8,5
Transporte, armazenamento e comunicações	8,6	7,4	5,3	5,8	6,2	8,3
Estabelecimentos financeiros, seguros, bens, imóveis e séricos prestados as empresas	4,0	3,0	2,8	2,8	4,7	5,1
Serviços comunitarios, sociais e pessoais	2,3	2,1	2,2	2,1	2,2	2,4

Elaboração própria. Fonte: Informativo CEPAL, 2006-2007.

Portanto, apesar de todas as melhorias, o Chile enfrenta desafios para alcançar alto crescimento com igualdade de distribuição. Conforme estudos realizados pelo Banco Mundial, até 2004 de cada cinco chilenos, um se encontrava em situação de pobreza. Igualmente importante é a vulnerabilidade de grandes segmentos da população que estão sobre a linha de pobreza. Esta vulnerabilidade piora quando um membro da família fica sem emprego, especialmente ao tratar-se de um empregado independente ou informal. No país ainda existem barreiras institucionais, incluindo às formas básicas de proteção social para os trabalhadores informais ou independentes.

O Chile também enfrenta enormes desafios em termos de redução do alto nível de desigualdade, principalmente na desigualdade de oportunidades. Também existe a necessidade de melhorar o acesso à educação de qualidade e aumentar a participação da população pobre em programas de capacitação de adultos, com o fim de abordar a desigualdade. A população que se encontra no quintil de renda mais alta possui o dobro de anos de educação daqueles que se encontram no quintil mais baixo (site do Banco Mundial, acesso 01/08/07).

3.4 Conclusão

A equipe do Governo Pinochet, empossado em setembro de 1973, foi formada por economistas de formação neoclássica, que se empenharam na implantação de reformas modernizantes e liberalização econômica. As tarifas médias de importação reduziram-se de 94% em 1973, para 17,6 em 1989, no fim de seu governo. A pauta exportadora diversificou-se nesse período. Entre 1973 e 1987, a participação dos produtos do setor de mineração no total exportado caiu de 89,8%, para 49,8%; no mesmo período, aumentaram a participação das exportações da agropecuária/pesca e indústria em geral, respectivamente, de 1,9% e 8,3%, para 15,3% e 34,9% (as exportações manufaturadas cresceram de 5% para 8,7%).

Para essa diversificação, muito contribuiu o ingresso de investimento externo direto, que passou de US\$ 213 milhões em 1980, para US\$ 1,3 bilhão em 1989. No Governo Pinochet, salvo em alguns anos de crescimento negativo pela crise do petróleo em que o PIB real caiu 12,4% (1975) e pela crise da dívida externa (-12,6% em 1982 e -2,4% em 1983), a economia atingiu taxas expressivas de crescimento na segunda metade dos anos de 1970 (como 8,9% em 1977 e 7,8% em 1979) e no final de seu governo (1986 a 1989).

Os indicadores sociais também melhoraram sensivelmente entre 1975 e 1987. Nesse período, a taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano e de 1 a 4 anos caíram, respectivamente, de 55,5 por mil e 2,2 por mil para 18,7 por mil e 0,8 por mil.

No período do aprofundamento das reformas, a partir de 1990, a taxa do crescimento econômico foi ainda mais acelerada, atingindo 4,9% ao ano, em média, entre 1990/2003, contra 2,7% no período Pinochet, entre 1973/1989 (2,7%).

Entre 1955 e 1970, a economia chilena cresceu 3,9% ao ano, em média, apresentando crescimento negativo de 1% entre 1970/75 e crescimento da média histórica anterior de 3,9%. Após um crescimento de apenas 1% na primeira metade da década perdida (1980/85), a economia chilena cresceu 5,6% ao ano, em média, entre 1985/90 e 7% entre 1990/95. Pode-se afirmar, portanto, que o Chile cresceu mais rapidamente na fase de crescimento para fora, com as reformas liberalizantes, do que na fase de economia fechada, quando imperou o modelo de ISI (Tabela 12).

Em suma, as reformas estruturais realizadas no Chile buscaram um espaço de autonomia possibilitando uma maior inserção do País no cenário global e regional.

A década de noventa foi marcada pela consolidação de um mercado global aberto, visando a formação de amplas áreas de acordos comerciais. O Chile iniciou esse processo com o governo de Augusto Pinochet; entretanto, os demais países da América Latina somente começaram a implementar esse processo de liberalização econômica na década de 1990.

O período de 2000/2006 correspondeu a uma continuação do governo Pinochet, em termos das reformas liberalizantes; entretanto, com um outro enfoque político, ou seja, com a consolidação da democracia. Os setores de serviço também se destacaram pelo aumento de sua participação do PIB, principalmente os hotéis e restaurantes, em função do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Chile, desde suas origens, foi fortemente marcado por uma colonização diferenciada em relação aos demais países da América Latina. Em um primeiro momento, os conquistadores que lá chegaram tinham como intuito a extração de pedras preciosas; contudo, a escassez desse material e o difícil acesso ao território contribuíram para a fixação preferencialmente daqueles que realmente queriam ficar no país.

Desde o início do século XIX, o principal produto da pauta de exportação foi o cobre, que chegou a representar mais de 70% do total das exportações. Esse produto, de certa forma, foi um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico do Chile no período de economia fechada, até início da década de 1970. Esse modelo caracterizava-se pelo controle estatal sobre as principais empresas dos setores estratégicos, como comunicação, energia, transportes, e pela concessão de incentivos fiscais e altas tarifas alfandegárias, ou seja, por um forte protecionismo.

Na segunda metade da década de 1960 o modelo de industrialização por substituição de importações começou a se esgotar, pela redução do número de produtos, cuja produção poderia ser feita internamente de maneira competitiva e pela aceleração da taxa inflacionária. Com a redução do crescimento econômico e a elevação da inflação, houve crescente descontentamento de grande parcela da população, sobretudo, da classe média, levando ao golpe militar nos primeiros anos da década de 1970.

Pinochet, ao assumir o poder em setembro de 1973, deu início a uma nova etapa para a economia chilena, com a ruptura do modelo até então vigente. Assim, foram realizadas reformas de cunho neoliberal, orientando a economia pelas forças de mercado, caracterizadas, sobretudo, por: liberalização comercial e financeira; estímulos às exportações, através de incentivos creditícios, principalmente à indústria manufatureira; liberação de preços e salários; privatizações de empresas estatais; privatização da educação; privatização da previdência social, que aumentou a taxa de poupança da economia; desregulamentação e austeridade em relação à despesa pública.

Concomitantemente às reformas econômicas, o regime militar ditatorial reprimiu as

liberdades da sociedade civil organizada, como a repressão aos sindicatos trabalhistas. Esse regime de força, sem oposição, permitiu a implementação das reformas econômicas que mudaram radicalmente a política econômico-financeira até então vigente.

Essas reformas econômicas permitiram a economia chilena crescer significativamente durante a década perdida para as demais economias latino-americanas (anos de 1980). Na primeira metade, em função da crise generalizada da dívida externa para todos os países em desenvolvimento, o crescimento foi negativo em 1982 e em 1983. Contudo, já em 1984 a economia chilena voltou a crescer significativamente (5,7%), continuando nos anos seguintes a taxas relativamente elevadas principalmente em 1989, quando atingiu 9,7%.

Na década de 1990, em que ocorreu a redemocratização, assumiu o poder Patricio Aylwin e, posteriormente, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, houve o aprofundamento das reformas econômicas iniciadas no governo anterior. A continuidade das reformas favoreceu sobremaneira a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e institucional. Nessa década a economia chilena cresceu a altas taxas, destacando-se 1992 (10,8%), 1995 (9%) e 1997 (6,7%). No final dessa década ocorreu a internalização das crises externas havidas na Ásia, Rússia e Brasil. Porém, somente o ano de 1999 apresentou crescimento negativo de 0,5%, com a economia crescendo 4,2% já no ano 2000. Isso demonstra que a economia chilena estava apresentando uma grande solidez, podendo suportar bem mais do que os demais países da América Latina, com relativa tranquilidade, os turbilhões da economia internacional.

Como já se referiu anteriormente, a economia chilena cresceu apenas 3,9% em média, entre 1950 e 1970; enquanto nos períodos de abertura ao exterior, salvo nos casos de internalização de crises externas (1973/75, 1982/83, 1998/99), o Chile cresceu a taxas bem mais elevadas. Em função disso e pelo fato das reformas econômicas estarem no início, o país cresceu menos no período Pinochet (2,7%), do que entre 1990/2003 (4,8%).

Diante desses fatos, pode-se afirmar que as reformas liberalizantes implementadas no Chile, após 1973, modernizaram tanto a economia, como a sociedade como um todo. No mesmo sentido, pode-se afirmar que a economia chilena cresceu mais no período de economia aberta do que no período de economia fechada. A continuidade do modelo deverá manter o Chile nos próximos anos com crescimento acelerado, o que deverá se repercutir na melhoria dos indicadores sociais, aumentando o grau de desenvolvimento do país.

Por fim, a consolidação das reformas com democracia, permitiu o amadurecimento das instituições, o aumento da credibilidade internacional, a possibilidade de acordos bilaterais de

comércio e, conseqüente, maior crescimento e desenvolvimento econômico. No obstante, a economia chilena ainda apresenta problemas que são entraves ao desenvolvimento, como a desigualdade social e na distribuição regional da renda, o que sugere a possibilidade de novos trabalhos acadêmicos para um maior entendimento da evolução e estado atual dessa economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBALA-BERTRAND, J. M. **Cambio de la estructura productiva en Chile, 1986-1996: producción e interdependia industrial.** Revista de la CEPAL n. 88, abril 2006.

ANINAT, E. **Chile en los noventa, las oportunidades de desarro.** Publicado en Finanzas & Desarrollo, Marzo 2000, Vol. 37, n. 1. <http://www.imf.org./external/pubs/ft/fandd/spa/2000/03/pdf/Aninat.pdf>. Acesso em: 05/06/07.

ARAVENA, F. R. **Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997.** Revista Brasileira de Política Internacional, 1997.

BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica.** Coleção “Estudos da Economia Moderna”. Lisboa: Libraria Clássica Editora, 3 ed., 1982.

_____. **Uma Nova Fase de Crescimento para a América Latina.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

BANCO CENTRAL DO CHILE. **Indicadores Económicos y Sociales de Chile: 1960 – 2000.** Santiago, 2001.

BARBOSA, F. DE H.; DORNBUSCH, R; SIMONSEN, M. H. **De la Estabilización al crecimiento en América Latina.** Centro Internacional para el Desarrollo Económico (CINDE), Chile, 1992.

BARRERA, J.Z. **El “Conflicto Mapuche”: amenaza emergente?** In: Memorial del Ejército de Chile, Nº 471, Departamento comucacional del Ejército, 2003.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas. IN: BATISTA, P. N. et al. **Em defesa do Interesse Nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, pg. 99 a 44.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. **Las regiones que ganan. Distritos y redes. Los nuevos paradigmas de la geografía económica.** Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1994.

BUENO, R. (org.). **Dilemas da Globalização: Teoria liberal e ordem jurídica no mundo contemporâneo.** São Paulo: Cultura Paulista, 2000.

BUSTELO, P. **O desenvolvimento econômico na América Latina e Ásia Oriental**. Madrid: Editorial Complutense, 1993.

_____. **Economía del Desarrollo. Un análisis histórico**. 2ª ed. ampliada. Madrid: Editora Complutense, 1992.

CARCANHOLO, M. D. **Estrategia de abertura externa: as experiências Latino-americanas da década de 70 não aprendidas**. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/Word/2001marcelo.doc>. Acesso em 20 de julho de 2008.

CARDOSO, E. A. & FISHLOW, A. **Desarrollo Económico en América Latina: 1950-1980**. In: De la Estabilización Al Crecimiento em América Latina. Chile, CINDE, 1992.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Anuário Estatístico 2005, 2006, 2007**.

_____. División de Estadística y Proyecciones Económicas (<http://www.cepal.org/deype>) **América Latina y el Caribe: series regionales y oficiales de cuentas nacionales, 1950-2002**. Cuadernos Estadísticos de la CEPAL, n. 32, Santiago de Chile, 2005.

FFRENCH-DAVIS, R. e STALLING, B. **Reformas, crecimiento y políticas sociales en Chile desde 1973**. Santiago de Chile, CEPAL, LON Ediciones, 2001.

FFRENCH-DAVIS, R. e SAEZ, R. **Comércio y desarrollo industrial en Chile**. Colecciones Estudios de CIEPLAN, Nº 41, Santiago de Chile, diciembre, 1995.

FFRENCH-DAVIS, R. **Chile, entre el Neoliberalismo y el Crecimiento con Equidad**. Revista de Economía Política, vol. 22, n 4 (88), outubro-dezembro/2002.

FUENTES, R. **La Política comercial Chilena y el futuro del libre comércio en el continente americano**.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do livro, 1974.

_____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Lia, 1970.

GARRETÓN, M. A. **De la transición a los problemas de calidad en la democracia chilena. Balance de las democracias latinoamericanas: incertidumbres y procesos de consolidación**. Instituto de Asuntos Públicos. Política. Santiago de Chile, vol. 42, Otoño 2004, pags. 179-206.

GIL, C. A. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES, R...(et al). **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HAFFNER, J. **CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 1996.

HIRSCHMAN, A. O. **La estrategia del desarrollo económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

_____. **Monetarismo vs. Estruturalismo, um estudo sobre a América Latina**. Rio de Janeiro: Ed Lidador Ltda., 1967.

HOFMAN, A. **The Economic Development of Latin America in the Twentieth Century**. Ed Edwar Elgar, Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 2000.

KRUGMAN, P. R. **Globalização e Globobagens: verdades e mentiras do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEWIS, A. **Teoria del desarrollo económico**. FCE, Bogotá, 1976.

MADDISON, A. **La economía mundial en el siglo XX. Rendimiento y política en Asia, América Latina, la URSS y los países de la OCDE**. Méjico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MEIER, G. M. e BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

MOLINA, S. **El proceso de cambio em Chile**. Chile: Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, 1972.

MUJICA, R. A. La modernización agrícola entre 1974 y 1987. In: El modelo Econômico Chileno. Chile: CINDE, 1992.

MUNHOZ, D. G. **Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

MUSSA, L. **Um estudo sobre as exportações chilenas a partir das reformas liberalizantes dos anos 1970**. Tese de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos de Pós-Graduados em Economia Política, 2006.

MUSSA, L.; CARVALHO, C.E. **O Desempenho Exportador do Chile: Um Debate em Andamento**. Cadernos *PROLAM/USP*, Ano 6, Vol. 1, 2007, p. 211-258.

OSSA, F. S. **Políticas de fomento al sector exportador chileno**. In: El modelo Económico Chileno. Chile: CINDE, 1992.

PALMA, J.G. **Chile 1914-1935: de economía exportadora a substitutiva de importaciones**. Colección Estudios CIEPLAN N° 12, Estudio N° 81, Santiago de Chile, 1984, p. 61-88.

PEPELASSIS, A.; MEARS, L. & ADELMAN, I. **Desenvolvimento Econômico, análise e estudo de casos**. São Paulo: Atlas, 1967, pg. 271-307.

REGO, J. M. e MARQUES, R. M. (Org.). **Economia Brasileira**. 2° ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Revista de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL, n. 80, Agosto 2003, Santiago, Chile <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/12933/lcg2204e.pdf>. Acesso 10/06/07

RICHARDSON, H. W. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RODRIK, D. **The global governance of trade as IF development really mattered**. United Nations Development Programme, 2001.

RONDINEL, R., SONAGLIO, C. e PEDROSO, L.: **"Economía chilena: exemplo a ser seguido?" en Observatorio de la Economía Latinoamericana** 63, julio 2006 Texto completo en www.eumed.net/cursecon/ecolat/cl/. Acesso 10/04/07

ROZAS, R.M. del P. **Evolución del gasto social em Chile 1970 – 1989**. In: El modelo Económico Chileno. Chile: CINDE, 1992.

SACHS, J; LARRIAN, F. **Macroeconomia em uma economia global**. Edição revisada. São Paulo: Makron Books, 2000.

SILVA, E. L. da e MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina: 3ª edição revisada e atualizada, Florianópolis, 2001.

SOUZA, N. de J. de. **Conceito e Aplicação da Teoria da Base Econômica**. Separata de Perspectiva Econômica. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ano XV, Vol. 10, n 25, 1980.

_____. **Considerações sobre a dissertação de Mestrado**. *Análise Econômica*, ano 9, n. 16, setembro 1991, pg. 153-165.

_____. **Economia Regional Conceitos e Fundamentos Teóricos**. Separata de Perspectiva Econômica. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ano XVI, Vol. 11, n 32, 1981.

_____. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

_____ e KOHLER, R. **Simulações Acerca da Relação Entre Oferta de Moeda e Crescimento de Pequenas Economias Locais Abertas**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n. 2, abr-jun. 2005.

STALLINGS, B. e PERES, W. **Crescimento, Emprego e Equidade: o impacto das reformas Econômicas na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

STIGLITZ, J. E. **A Globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Sahar editores, 11º ed, 1983.

WILLIANSO, J. **A economia aberta e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

WILLIANSO, J. e KUCZYNSKI, P.-P. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.

WISECARVER, D. L. **El modelo económico chileno**. Centro Internacional para el Desarrollo Económico (CINDE). Instituto de Economía de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago: Ed IMC Color LTDA., 1992

YOON, T.D. **Desenvolvimento Econômico Comparado: Coréia do Sul e Brasil**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 1999.

Sites pesquisados:

Fundo Monetário Internacional:

<http://www.imf.org>

Acessado em 20/07/2007

Banco Mundial:

<http://www.bancomundial.org>

Acessado em 24/08/2007

Banco Interamericano de Desenvolvimento:

<http://www.iadb.org>

Acessado em 08/09/2007

Comisión Económica para América Latina y el Caribe:

<http://www.eclac.cl>.

Acessado em 20/07/2008

Banco Central de Chile:

<http://www.bcentral.cl/esp>.

Acessado em 13/08/2008

PROCHILE:

<http://www.prochile.cl/>

Acessado em 18/06/2008

Instituto de Pesquisas Econômicas - IPEADATA:

<http://www.ipeadata.gov.br>

Acessado em 20/02/2008

InfoMoney:

<http://web.infomoney.com.br>

Acessado em 17/07/2008

Portal do Exportador:

<http://www.portaldoexportador.gov.br>

Acessado em 03/07/2008

Organização das Nações Unidas – ONU:

<http://www.un.org/spanish>

Acessado em 20/08/2008

Sistema Nacional de Información Ambiental:

<http://www.sinia.cl>

Acessado em 17/07/2008

Biblioteca Virtual de Artigos em Economia – RACE:

<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/bvartigoseconomia>

Acessado em 28/07/2008

Consulado General do Chile em Porto Alegre:

<http://www.congechile.com.br>

Acessado em 30/06/2008

Memória Chilena:

<http://www.memoriachilena.cl/historia/moderno.asp>

Acessado em 28/07/2008

Info Escola:

<http://www.infoescola.com/chile/economia>

Acessado em 13/07/2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M839d Morel, Blanca Lila Gamarra
O Desenvolvimento do Chile das reformas
econômicas de 1973 a 2006. / Blanca Lila Gamarra
Morel. – Porto Alegre, 2008.

91 f.

Dissertação (Mestrado em Economia do
Desenvolvimento) – Faculdade de Administração,
Contabilidade e Economia, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Nali de Jesus de Souza.

1. Economia – Chile. 2. Desenvolvimento
Econômico – Chile. 3. Reformas Econômicas
Liberais. I. Souza, Nali de Jesus de. II. Título.

CDD 330.983

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437